



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U. nº 198, de 14/10/2016
AELBRA EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO S.A.

Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NOS ABRIGOS PÚBLICOS PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES DE PALMAS - TO

Palmas – TO

2019

Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NOS ABRIGOS PÚBLICO PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES DE PALMAS - TO

Monografia elaborada e apresentada como requisito para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientadora: Prof.^a M.e Rosângela Veloso de Freitas Morbeck.

Palmas – TO

2019

Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NOS ABRIGOS PÚBLICOS PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES DE PALMAS - TO

Monografia elaborada e apresentada como requisito para
aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso
(TCC) II do curso de bacharelado em Psicologia do Centro
Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientadora: Prof.^a M.e Rosângela Veloso de Freitas
Morbeck.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a M.e Rosângela Veloso de Freitas Morbeck
Orientadora
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof.^a M.e Ana Letícia Covre Odorizzi Markezan
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof.^a M.e Lauriane dos Santos Moreira
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Palmas – TO
2019

Ao Adair, meu amor maduro, às
minhas filhas, fontes de
aprendizado, e ao Joaquim,
exercício do amor pleno.

AGRADECIMENTOS

Gratidão a todo universo, guardião da energia de todos os seres, que de alguma forma conspirou para que eu estivesse aqui agradecendo a graduação no curso de psicologia. Gratidão à minha família de origem, a quem agradeço minha constituição como ser humano. Gratidão a minha família nuclear, onde posso exercer, aprender e transmitir valores que se perpetuarão por longas décadas. Gratidão a minha família humana, e aqui quero colocar todos que de alguma forma contribuíram para que eu conseguisse realizar o desejo de conhecer com um pouco mais de profundidade os meandros da psicologia. Gratidão a todos os professores que nesse percurso auxiliaram na construção da minha transformação como ser humano, que me ajudaram nos momentos difíceis em que eu mesma acreditava não ser possível, mas que cada um, ao seu modo, mostrava como seguir em frente. Gratidão a coordenação do curso, que na sua maneira especial de costurar a grande rede do conhecimento nos permite entender o caminho a ser percorrido. Ao meu grande amor que a vida me trouxe na maturidade, companheiro que me incentivou, alimentou meu físico e minha alma em cada segundo dessa jornada, minha eterna gratidão.

RESUMO

VAZ, Maria do Bonfim Alves de Carvalho. **Atuação da Psicologia nos abrigos públicos para crianças e adolescentes de Palmas- TO.** 2019. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2019.

Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa, de objetivo descritivo e procedimentos bibliográfico, documental e de levantamento, realizada em campo. O Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes, realizado em 2003, deixou evidente uma realidade que muitas vezes fere os princípios legais que regem a permanência e as condições dos abrigados nessas instituições. Tendo em vista a realidade psicossocial dessas crianças e adolescentes, afastadas de seus vínculos familiares e em situação de vulnerabilidade, torna-se imprescindível verificar como se dá a atuação da psicologia dentro desse campo que envolve o desenvolvimento humano e lhe é tão pertinente. Nesse sentido, o presente estudo teve por objetivo conhecer como se dá a atuação da psicologia nos abrigos públicos que acolhem crianças e adolescentes na cidade de Palmas, Tocantins, especialmente, tendo em vista que esse Estado não fez parte do levantamento de 2003. Para a realização dessa pesquisa os dados foram coletados em duas etapas: no primeiro momento ocorreu o levantamento das informações demográficas dos abrigos junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; no segundo momento, aplicação de entrevistas semiestruturadas a três profissionais da psicologia nos abrigos institucionais. Pôde-se visualizar o cenário completo da atuação dos profissionais da psicologia, analisando as práticas psicológicas nos abrigos, as leis que norteiam essa atividade e as características desse ambiente de trabalho dos psicólogos. Foram visitados dois abrigos públicos e entrevistados três profissionais que falaram sobre a realidade dos abrigos, a atuação interdisciplinar e os desafios de se operacionalizar o fazer da psicologia em um campo ainda em construção. Observou-se que as instituições de acolhimento público da cidade de Palmas-TO cumprem as Leis, Normas e Orientações Técnicas que determinam o abrigamento como forma protetiva para crianças e adolescentes que se encontram em vulnerabilidade social, entretanto, notou-se falhas na atuação do Conselho Regional de Psicologia e na própria formação acadêmica dos profissionais que, muitas vezes se sentem desamparados e sem orientação. O estudo revelou que a presença dos profissionais da psicologia em abrigos para crianças e adolescentes vai além da sua importância nos processos das relações afetivas, se embasa na construção do sujeito e os vínculos formados em um ambiente estéril como as instituições de abrigamento.

Palavras-chaves: abrigos, psicólogos, psicologia social, atuação profissional

ABSTRACT

VAZ, Maria do Bonfim Alves de Carvalho. **Psychology performance in public shelters for children and adolescents in Palmas-TO.** 2019. 88 f. Course Completion Work (Undergraduate) - Psychology Course, Lutheran University Center of Palmas, Palmas / TO, 2019.

The National Shelter for Children and adolescents Survey, by 2003, showed an unsustainable reality about the conditions in those institutions. The psychosocial vulnerability of these childrens and teenagers which was lack of childhood reinforces the necessity to verify the conditions of the psychology professionals in shelters. This research aims to comprehend to psychology works in the public that host children and adolescents in the city of Palmas, Tocantins due this state was not participated the national survey. In the lack of studies that deal with the practice of the professional in the shelters in the northern region of the country, this research shows the urgency and the need to collect data on public shelters in Tocantins, and, from there, provide information for the accomplishment of a strategic planning of the psychology professional in his area of activity. The research was conducted in two step, the datas collecting and the interview. The first step collected demographic datas within the public institutions and Municipal development secretary The second regarded to the application of a semi-structured interview with three psychologists of the shelters. The results gathered demonstrated the institutions were accorded to the government rules. Additionally, the studies showed the relevancy of these psychology professional in the shelter for children and adolescents establish the processes of affective relations, based on the construction of the subject and the bonds formed in a sterile environment such as shelter institutions

Key words: children's home, psychologists, community social psychology, professional practice

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Quantidade de Abrigo na Cidade de Palmas-TO.....	28 40
Figura 2- Quantos estão abrigados	29 41
Figura 3 - Características dos Abrigados.....	30 42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Percepção da função do abrigo.....	37 <u>49</u>
Quadro 2 - Institucionalização e reinserção familiar.....	38 <u>50</u>
Quadro 3 – Aproximação com a comunidade e desenvolvimento biopsicossocial.....	39 <u>51</u>
Quadro 4 – Trabalho no serviço público e a graduação em psicologia.....	41 <u>53</u>
Quadro 5 - Atuação do psicólogo nos abrigos.....	42 <u>54</u>
Quadro 6 - As Leis que norteiam a atividade nos abrigos e os Conselhos Profissionais	43 <u>55</u>
Quadro 7 - Abordagem psicossocial e as atribuições do psicólogo.	45 <u>57</u>
Quadro 8 - Mudança do campo clínico para atuação no campo psicossocial	46 <u>58</u>
Quadro 9 - Atuação psicossocial nas instituições de acolhimento	47 <u>59</u>

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Total de crianças e adolescentes – Abrigo A	<u>3244</u>
Tabela 2 - Total de adolescentes – Abrigo B.....	<u>3244</u>
Tabela 3 - Equipe de Servidores do Abrigo A.....	<u>3345</u>
Tabela 4 - Equipe de Servidores do Abrigo B.....	<u>3547</u>

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEULP/ULBRA	Centro Universitário Luterano de Palmas
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NAC	Núcleo de Assistência à Comunidade
NOB-RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
ONU	Organização das Nações Unidas
Rede SAC	Rede de Serviço da Ação Continuada do Ministério do Desenvolvimento Social
SAVI	Serviço de Referência no Atendimento de Crianças em Situação de Violência
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SEPSI	Serviço de Psicologia
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TA	Teoria do Apego
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	<u>113</u>
2 REFERENCIAL TEÓRICO	<u>719</u>
2.1 DEFINIÇÃO E ORIGEM DOS ABRIGOS	<u>719</u>
2.2 A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO NO DESENVOLVIMENTO NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA	<u>1123</u>
2.3 A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS INSTITUIÇÕES	<u>1628</u>
3 METODOLOGIA.....	<u>2234</u>
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	<u>2234</u>
3.2 DETALHAMENTO DO PROCEDIMENTO	<u>2234</u>
3.3 LOCAL E PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA	<u>2335</u>
3.4 OBJETO DE ESTUDO OU POPULAÇÃO	<u>2335</u>
3.5 CRITÉRIOS	<u>2335</u>
3.5.1 Critérios de Inclusão	<u>2335</u>
3.5.2 Critérios de Exclusão	<u>2335</u>
3.6 VARIÁVEIS.....	<u>2436</u>
3.7 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS, ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO, REGISTRO E APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	<u>2436</u>
3.8 ASPECTOS ÉTICOS	<u>2537</u>
3.8.1 Riscos	<u>2537</u>
3.8.2 Benefícios.....	<u>2638</u>
3.8.3 Desfechos	<u>2638</u>
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	<u>2739</u>
4.1 INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS DOS ABRIGOS INSTITUCIONAIS.....	<u>2739</u>
4.1.1 Tempo de Funcionamento e características dos abrigos.....	<u>2739</u>
4.1.2 Capacidade de usuário por Abrigo.....	<u>2941</u>
4.1.3 Características dos Abrigados.....	<u>3042</u>
4.1.4 Número de Crianças / Condição de Abrigamento – Abrigo A.....	<u>3143</u>
4.1.5 Número de Adolescentes / Condição de Abrigamento– Abrigo B	<u>3244</u>
4.1.6 Equipe Existente no Abrigo A.....	<u>3345</u>
4.1.7 Equipe Existente no Abrigo B	<u>3547</u>
4.2 ENTREVISTA COM OS PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA	<u>3648</u>
4.2.1 Eixo 1 – O Sistema Abrigo.....	<u>3749</u>
4.2.2 Eixo 2 – O Profissional da Psicologia.....	<u>4153</u>

4.2.3 Eixo 3 – O Trabalho no Abrigo	45 57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50 61
REFERÊNCIAS	52 63
APÊNDICES	57 68
ANEXOS	62 73

1 INTRODUÇÃO

Do atendimento assistencialista à uma visão cidadã, o sistema de abrigos evoluiu ao longo dos anos exigindo uma capacitação cada vez maior dos profissionais envolvidos no trabalho social. Desde que a criança e o adolescente passaram a ser vistos como indivíduos portadores de direitos, a finalidade dos abrigos deixou de ser apenas caritativa, tornando-se um espaço profissionalizado onde ao acolhido, devem ser oportunizados meios de exercerem seus direitos como qualquer outro cidadão.

Nesse mesmo contexto, a evolução da ciência psicológica demonstrou a importância do vínculo na constituição do sujeito, a começar na primeira infância. Dessa forma, os cuidadores passaram a ser vistos como aqueles que um papel fundamental, não apenas na oferta dos cuidados básicos, mas na constituição emocional daqueles de quem cuidam. Nesse sentido, percebe-se a necessidade do profissional da psicologia dentro do campo social, entretanto, muitas dúvidas ainda pairam sobre o espaço e a prática que cabem ao psicólogo atuando nessa área.

Sendo um espaço de atuação novo para os profissionais da psicologia, o campo psicossocial, vêm sendo desbravado a duras penas, bem como a construção de um saber e uma práxis próprios da profissão dentro dessa área, que envolve também a lida com políticas públicas, dentre outras atribuições que se distanciam da clássica prática clínica.

Tendo em vista todo esse contexto, o desenvolvimento deste estudo investigou como se dá a atuação dos profissionais da psicologia nas instituições públicas de abrigamento da cidade de Palmas-TO, analisando a relação de três variáveis: as práticas psicológicas nos abrigos, as leis que norteiam essa atividade e as condições de trabalho (características desses abrigos), sendo por isso classificada, em relação aos seus objetivos, como descritiva, uma vez que descreve a relação entre duas ou mais variáveis.

A pesquisa sobre o abrigamento de crianças e adolescentes como uma medida especial de proteção a esse público em situação de negligência ou abandono nos mostra que o Brasil se apresenta como vanguarda em relação à legislação. A partir do processo das reformulações sociais ocorridos nos anos 80 e 90 iniciou-se a contratação de mão de obra de profissionais especializados no campo social, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA aprovado em 1990. Só a partir de então toda criança e adolescente, em todo o território nacional, passa a ser vista como sujeito de direito com proteção integral garantida em lei.

Com a implantação do ECA também surge a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (BRASIL, 1993), que tem por objetivo garantir a proteção Social prevenindo a incidência de riscos, especialmente à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. Dentro da

LOAS foi implementado o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, para operacionalização da assistência social, entrando aí as Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos – NOB-RH que regem a contratação dos profissionais da psicologia, bem como de outros a compor a equipe de assistência social, por exemplo, dentro dos abrigos (CFP, 2016).

Sair do modelo clínico/médico e atuar nesse novo lugar, o campo psicossocial, exige uma visão mais ampla, colocando o profissional da psicologia em uma análise em torno de sua competência para trabalhar em instituições sociais.

Então, considerando esse cenário, a presente pesquisa objetiva conhecer como a psicologia, enquanto profissão, desenvolve sua prática nesse campo, conhecendo as características do ambiente de trabalho dos psicólogos em abrigos; as características dos profissionais que prestam serviço às instituições, no que diz respeito à praxis e condições de trabalho; verificando a prática profissional da Psicologia dentro dos abrigos; e investigando as condições de trabalho dos psicólogos, verificando se as necessidades das crianças e adolescentes abrigadas estão sendo atendidas pelos profissionais.

Em Palmas há dois abrigos públicos e é dentro desses espaços que a pesquisa aconteceu, verificando o cumprimento da lei quanto à contratação de profissionais de psicologia; averiguando quantos profissionais existem e como é composta sua equipe; quais as funções desempenhadas por ele, se atua na perspectiva clínica, se adota uma visão psicossocial ou se exerce funções puramente administrativas, e ainda, como se dá o planejamento e a operacionalização de seu trabalho no dia a dia, observando ainda a relação entre o trabalho prescrito (tarefa) e o trabalho real (atividade realizada), teorizado por Dejours (1997).

Verificou-se, dentro desta pesquisa, aspectos de três dimensões nas quais podem se realizar as atividades do psicólogo. No campo clínico, observou-se práticas quase inexistentes e quando acontecem são realizadas de forma improvisada; no campo familiar, o foco está na intervenção junto às famílias de origem para promover a reinserção do abrigado, conforme preconiza o ECA (BRASIL, 1990); no âmbito comunitário, são realizados o apoio psicológico aos trabalhadores diretamente envolvidos no cuidado com essas crianças, visando suporte a esses servidores que trabalham diretamente e continuamente com as crianças, ainda, as articulações dos discursos entre os diversos públicos envolvidos no desenvolvimento dos abrigados.

Percebe-se que são diversos os campos de atuação de um psicólogo dentro de um abrigo e dentro dessa diversidade há a exigência de diferentes modos de atuação, cada um com saberes

específicos, isto é, sem considerar os aspectos administrativos e burocráticos que consomem partes do seu tempo envolvidos na atuação desse profissional em serviço.

Ao avaliar todos esses aspectos, a presente pesquisa levanta questionamentos necessários sobre o profissional de psicologia e seu trabalho dentro de instituições sociais.

Nesse sentido o estudo procurou entender de que forma se dá a atuação da Psicologia nos abrigos públicos para Crianças e Adolescentes na cidade de Palmas – Tocantins, investigando como ocorre a atuação dos profissionais nesses ambientes, analisando a relação das práticas psicológicas nesses locais, as leis que norteiam o serviço e as condições de trabalho conhecendo as características desses ambientes.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016), a população brasileira está estimada em 207 milhões de indivíduos e destes, mais de 57 milhões são crianças e adolescentes. O Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) indica que em cada dez crianças brasileiras seis se encontram de alguma forma com seus direitos legais violados, seja moradia, educação, saúde, proteção contra violência física, psicológica, negligência e abandono.

O Brasil é um dos países do mundo na vanguarda da legislação para proteção das crianças e dos adolescentes, porém conforme a estimativa da UNICEF baseada em dados da Datasus (2016), o Brasil possui uma população infanto-juvenil de 32 milhões de pessoas com menos de 18 anos expostos a vulnerabilidade social.

A Organização das Nações Unidas (ONU), em relatório sobre violência contra crianças, traz que mais de oito milhões de crianças do mundo vivem em regime de acolhimento residencial e que a maioria delas tem pais, mas são assistidas devido à violência no lar ou algum tipo de desintegração familiar, sendo as condições socioeconômicas, como a pobreza, a principal. O relatório aponta que mesmo em lugares como abrigos, que tem como função cuidar da integridade física e emocional dessas crianças, elas sofrem diversos tipos de violência, que vão desde surras com as mãos a choques elétricos. Tais ações são praticadas por funcionários dessas instituições com a justificativa de disciplinar e controlar comportamentos.

No Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) existem, no Brasil, 4.433 entidades de acolhimento cadastradas, a maioria delas localizadas nas regiões sul e sudeste, com 3.185. O Nordeste aparece com 577, o Centro Oeste com 383 e a Região Norte apresenta o menor número - 288 instituições -, sendo que o Estado do Tocantins apresenta 33 entidades e, destas, três se encontram na capital Palmas, sendo duas públicas e uma religiosa.

Tomando como base a pesquisa de Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Ação Continuada (SAC), realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2003, promovido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), com o objetivo de conhecer as características, a estrutura de funcionamento e os serviços prestados por essas instituições em todo território nacional, 52,6% das crianças e adolescentes viviam nas instituições há mais de dois anos, 32,9% estavam de dois a cinco anos; 13,3% entre seis e 10 anos; e 6,4% por um período superior a 10 anos, porém o estado do Tocantins não se fez presente na pesquisa, tendo como justificativa pelos técnicos o fato de sua criação recente como Unidade Federativa e ter sua gestão direta do Governo Federal (SILVA, 2004).

Considerando o ambiente como influenciador sobre a práxis e os resultados do trabalho, é possível inferir a necessidade de levantamento de dados sobre os abrigos no Tocantins para conhecer esse fator (ambiente laboral) que interfere diretamente sobre o fazer do psicólogo. Como desdobramento de tal investigação também será possível oferecer dados sobre o campo que subsidiem novas pesquisas na área e, até mesmo, colaborar com a definição de políticas públicas para o setor, bem como subsidiar possíveis planejamentos de ações a serem implementadas nos abrigos.

Em se tratando do campo de atuação do psicólogo, como em qualquer outra profissão o levantamento de informações é importante para o estabelecimento de diretrizes de trabalho. De acordo com Vasconcelos (2013), o processo de trabalho no campo psicossocial, mesmo realizado nas esferas de planejamento, tem características significativas como:

Requer decisões importantes, mas geralmente tomadas em curto prazo de tempo, em contexto de incertezas, falta de informação suficiente, ausência de diretrizes claras pré-estabelecidas, com baixa padronização ou muito dependente das circunstâncias e que, por outro lado, costumam ter profundas implicações na vida e no destino das pessoas e grupos implicados. (VASCONCELOS, 2013, p.160).

Tendo em vista que tais necessidades implicam de maneira tão significativa sobre a qualidade do trabalho do psicólogo, esta pesquisa pretendia verificar o fazer desse profissional, relacionando-o também ao ambiente de trabalho com suas especificidades.

A delimitação do campo de pesquisa para a capital traz consigo a vantagem de permitir abarcar todos os profissionais da psicologia que atuam nos abrigos públicos locais.

Visto que no cumprimento de seu papel o psicólogo deve observar as consequências decorrentes da institucionalização, a pesquisa também se engajou no conhecimento das condições em que esse profissional trabalha, podendo assim se aproximar dos desafios dos psicólogos nesse campo de atuação, tendo em vista seu papel de melhorar as condições de

enfrentamento da realidade por parte dos abrigados. Como consequência, o presente trabalho também fornecerá dados gerais sobre os abrigos.

Segundo Moré e Sperancetta (2010), quando o abrigamento sai da condição de excepcionalidade e passa para institucionalização prolongada os prejuízos para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes poderão afetar a sociabilidade e a manutenção de vínculos afetivos na vida adulta.

Ferreira (2014) reforça que a família como o primeiro grupo social da criança traz a responsabilidade de inseri-la na cultura e na socialização, descrevendo que:

[...] o ambiente familiar está entre os principais fatores para o desenvolvimento de atividades cognitivas e não cognitivas da criança. Assim, crianças que crescem em ambiente saudáveis tendem a ter um desenvolvimento pleno das suas capacidades. Da mesma forma, o desenvolvimento do indivíduo durante todas as fases de sua vida é cumulativo, ou seja, a carência de incentivos na infância e na adolescência pode acarretar maior dificuldade de desenvolvimento futuro (FERREIRA, 2014 p.144).

Em contraponto, para Siqueira e Dell'Aglio (2006) a institucionalização pode ou não constituir um risco para o desenvolvimento do abrigado e depende das influências das condições ambientais e de fatores de proteção que melhoram ou alteram a resposta da pessoa a ambientes hostis.

Nesse mesmo viés Vettore e Carvalho (2008) colocam que a forma positiva com que o indivíduo responde às situações adversas tem a ver com a capacidade humana de enfrentar dificuldades, ainda que venham a colocar em risco a vida e/ou seu desenvolvimento.

Assim, Siqueira e Kraemer (2006) infere que as relações estabelecidas com as pessoas que trabalham e que dão assistência na instituição desempenham um papel fundamental junto aos abrigados, pois o vínculo estabelecido constitui seus modelos de identificação.

Considerando o papel do psicólogo nesse processo, torna-se necessário compreender o contexto institucional no qual esses profissionais estão inseridos, considerando os recursos que lhe são disponibilizados, as necessidades ali contidas, a expectativa que repousa sobre este e, especialmente, sua relação com a realidade que lhe é colocada.

O protocolo para formação da equipe técnica responsável pelo acolhimento nos abrigos, de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS – (BRASIL, 2006), declara que é obrigatório ser composta, no mínimo, por um psicólogo e um assistente social.

Vasconcelos (2013) justifica que a atuação do psicólogo no campo psicossocial representa um grande desafio devido à complexidade do trabalho interdisciplinar, o

enfrentamento da burocracia e impessoalidade das instituições, além do contato diário com o sofrimento e a pobreza.

Acreditamos que esta iniciativa possa trazer conhecimento de como o psicólogo realiza o saber psicológico nessas instituições, além de possibilitar reflexões a respeito do aprendizado acadêmico e sua realização nesse campo.

Para o campo social, tais dados poderão subsidiar os órgãos responsáveis na definição de políticas públicas aplicadas às necessidades dos abrigos. Ao levantar as principais lacunas do setor, as informações poderão apontar as necessidades de investimentos setoriais e colaborar com a definição de prioridades que venham possibilitar melhorias diretas na atuação do psicólogo.

O levantamento também fornecerá um ponto de partida para o aprofundamento de futuras investigações sobre a atividade de profissionais da psicologia em abrigos do Tocantins, seja no âmbito da pesquisa acadêmica ou de consultorias contratadas para levantamento das condições situacionais dos mesmos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEFINIÇÃO E ORIGEM DOS ABRIGOS

A palavra abrigo vem do latim *apricum*, que significa exposto ao sol, em fenício vem de *brīḥ*, que tem como significado tranca, ferrolho, muralha (GARZANTI, 2018).

Na união da origem desses termos tem-se, então, que o significado da palavra abrigo é aquilo que é exposto ao sol e/ou local que oferece proteção, e assim, com base no segundo sentido se nomeou os locais e as casas que recebem crianças e adolescentes desamparados.

Apesar de no ano de 315 d.C., no governo de Constantino, o primeiro imperador cristão, o aborto, o infanticídio e o enfeitamento se tornarem ilegais e passarem a ser considerados crimes, tais práticas não foram extintas da sociedade. Muitos anos depois, mais precisamente na Idade Média, o abandono das crianças tornou-se uma prática comum na Europa, desfechando no surgimento dos primeiros abrigos para cuidados de crianças e adolescentes (MARCÍLIO, 1998).

A autora segue explicando que na Roma antiga tanto ricos quanto pobres abandonavam seus filhos. Os primeiros o faziam quando tinham dúvidas sobre a paternidade ou desejavam deserdar os filhos para evitar a fragmentação da herança. Os segundos os abandonavam na esperança de alguém em melhor condição adotá-los. Outras razões, não só para o abandono, mas também para o infanticídio, independem da classe social. Por exemplo, os que nasciam com deficiência eram atirados ao mar ou queimados e também haviam as oferendas em rituais religiosos.

Martins (2016) discorre que com o aumento dos números de crianças abandonadas durante a Idade Média foram instalados estabelecimentos para atendê-las e nesse momento surgiu na Itália a Roda dos Expostos que, de acordo com Ribeiro (2006), era uma espécie de dispositivo cilíndrico, confeccionado em madeira, que ficava instalado em fendas nos muros, funcionando como uma espécie de porta giratória onde a pessoa colocava o bebê e girava para o lado de dentro e logo após tocava um sino para avisar que ali se encontrava mais uma criança abandonada.

A roda foi uma forma de assistência infantil de grande sucesso e duração e funcionou do século XIII ao XIX. Ao ser recolhida da roda, a criança passava pelo sacramento do batismo e logo após era entregue a uma ama-de-leite para alimentá-la e posteriormente para uma amaseca, para criá-la até completar sete anos (MARCÍLIO, 1998).

Apesar de a igreja ter apresentado um papel importante na recepção e distribuição dos bebês abandonados, como colocado por Martins (2016), Marcílio (1998) contrapõem que mesmo tendo os religiosos como pais espirituais, havia também a exploração dessas crianças,

vendidas como escravas, acrescentando que muitas vezes a própria igreja as utilizava como mão de obra escrava; outras vezes eram adotadas formalmente por famílias ricas para se tornarem servos ou escravos, ou informalmente por famílias pobres para prática de mendicância.

Quanto ao destino dessas crianças Vettore e Carvalho (2008) ainda acrescentam que após os sete anos de idade os meninos poderiam ser encaminhados à aprendizagem de um ofício e as meninas para o casamento. Demonstrando alguma conduta de interesse pela educação – formação – preparação para vida – autonomia nos moldes daquela época.

Ainda havia o abandono das crianças nos mosteiros chamados de oblatórios, onde as famílias entregavam os bebês e esses eram ofertados aos serviços de Deus, ficando condenados a uma vida de pobreza, obediência e castidade (MARCÍLIO, 1999).

As rodas dos expostos chegaram ao Brasil apenas em 1726 e perduraram por 224 anos como proteção e acolhimento para crianças abandonadas ou enjeitadas (VECTORE; CARVALHO, 2008). Assim como na Europa, no Brasil a roda tinha a intenção de ocultar e manter em sigilo o expositor e o destino das crianças, assim como a identidade dos pais (CRUZ; HILLESHEIM; GUARESCHI, 2005).

Mas no Brasil, segundo Marino (2011), a negligência com as crianças, além do distanciamento afetivo dos adultos, tinha o agravamento das condições de saúde, alimentação, moradia, somado à situação da escravidão. Marcílio (1998) corroborando com a ideia acrescenta que nem o Estado nem a Igreja assumiram a assistência aos abandonados, apenas uma pequena parcela foi assistida por instituições especiais, a maioria era acolhida por caridade em casa de família que viam nelas um trabalhador de baixo custo ou morriam ao desamparo.

Foi a partir do século XVIII que surgiram as primeiras políticas públicas com tendências a substituir as caridades religiosas ou particulares por uma beneficência pública. Nessa nova fase, o abandonado passa a ser visto como um problema material e não espiritual, sendo incorporado ao amplo progresso social, um agente a serviços do Estado, chegando ao ponto de serem utilizados como cobaias da inoculação da varíola. (MARCÍLIO, 1998).

Para Siqueira e Dell’Aglia (2006) os cuidados dispensados às crianças e aos adolescentes sofreram transformações ao longo dos tempos, haja vista as qualidades dos abrigos ingleses em meados da década de 70. Tidos como abrigos residenciais de alta qualidade, cada unidade era composta por seis crianças que tinham acesso a brinquedos, livros e uma proporção cuidador-criança.

As autoras descrevem, também, a investigação da qualidade de trabalho dos monitores e o desenvolvimento da linguagem das crianças abrigadas nessas instituições. Enfatizando que o nível ótimo de desenvolvimento da linguagem estava mais relacionado a qualidade da

conversa do que a frequência da conversação estabelecida entre ambos. A estimulação, as brincadeiras e as conversas por parte dos cuidadores levavam-nas a um melhor índice na avaliação do desenvolvimento da linguagem (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006).

Para Cuneo (2009), a criança institucionalizada apresenta os vínculos familiares fragilizados, mas o abrigo não é o meio para o desenvolvimento satisfatório, uma vez que nesse ambiente o cuidado é dispensado por pessoas desconhecidas, muitas vezes fora do seu contexto familiar e social.

Já para Oliveira (2006), os sistemas de uma casa-lar assemelham-se ao sistema familiar, com proposta de atendimento o mais próximo possível do ambiente residencial – de preferência uma casa sem identificação – onde se leva em consideração o número de abrigados, a arquitetura do imóvel, o relacionamento proximal entre o pessoal de apoio e as crianças e adolescentes, com plano de trabalho priorizando a história pessoal de cada abrigado e que procura de alternativas para reintegrá-la ao convívio familiar de origem (OLIVEIRA, 2006).

De acordo com Marcílio (1998), no Brasil três fases marcaram a assistência à criança abandonada. A primeira fase, chamada de caritativa, foi até meados do século XIX, marcada pelo assistencialismo sem pretensão de mudanças sociais, tendo a intenção de manter a ordem propagando comportamento conformista. Ribeiro (2006) acrescenta que nessa fase começa a surgir a primeira escola de jardim de infância e as primeiras creches nos estados do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo

A segunda fase tem o nome de filantrópica e vai até a década de 1960, marcada pela associação público-privada sob o controle do Estado, nesse modelo encontrava-se a roda dos expostos. Por fim, na terceira fase, conhecida como a do bem-estar-social, a criança ganhou status de cidadão de direito conforme Lei.

Nessa nova fase, estendida até os dias atuais, a criança e o adolescente abandonado encontra segurança nos seus direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), o qual foi escrito com base nos direitos abordados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Nele o abrigo é tido como uma medida de proteção utilizada quando os direitos desses são violados ou estão sob ameaça, e apresenta-se como medida provisória e excepcional pois, se coloca sempre em primeiro lugar o direito da criança em ter um lar. Assim, a Lei 8.069 que instituiu o Estatuto da Criança do Adolescente prevê em seu Art. 4º que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissão, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, s/p).

Sempre que os direitos das crianças e dos adolescentes forem ameaçados ou violados pelo Estado, a sociedade, por abuso ou omissão dos pais ou responsáveis ou quando se tornar uma ameaça a si mesmo, o artigo 101 da Lei 8069 do ECA (BRASIL, 1990), determina que sejam verificadas pela autoridade competente seis medidas que antecedem a medida protetiva de abrigo.

Tais medidas se dispõem na seguinte ordem: responsabilizar os pais ou responsáveis mediante assinatura de termo; orientação, apoio e acompanhamento temporário; matrícula e frequência obrigatória na escola; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitário de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; inclusão em programa a orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos (BRASIL, 1990).

O ECA (BRASIL, 1990) prevê o abrigamento como uma medida de proteção especial "provisória e excepcional", aplicada como auxílio quando a criança e o adolescente encontram-se em situação de abandono, sem meios necessários à sobrevivência ou expostos pela negligência dos pais ou responsáveis, sendo que essa condição não pode ultrapassar dois anos.

Nesse sentido as mudanças nas diretrizes de atendimento às crianças e adolescentes em abrigo implantadas a partir do ECA (BRASIL, 1990), prezam pela formação de um ambiente próximo a rotina de um lar, no sentido de tornar esses ambientes acolhedores, seguros e com pessoas capacitadas. O atendimento a um grande número de abrigados acarreta danos irreversíveis ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos acolhidos. Por isso as recomendações estipuladas nas normas e orientações aos funcionamentos dos serviços em abrigo buscam amenizar o sofrimento que tal medida desencadeia na vida dessas pessoas, (SILVA; AQUINO, 2005).

Nessa seara Silveira, Perez e Santos (2016) acrescentam que sempre que a criança ou o adolescente encontra-se em situação de vulnerabilidade social cabe ao judiciário assegurar-lhe a proteção integral, se necessário optando pelo acolhimento institucional, chamando-se isso de medida de abrigo.

Apesar de ser criado como medida provisória Cardoso (2006) e Silva (2004) colocam que muitas crianças e adolescentes permanecem nessas instituições sem a possibilidade de estarem em famílias substitutas ou de voltarem para suas famílias de origem até conquistarem a maior idade.

No tocante a responsabilidade dos entes federativos relativos às instituições de atendimento na área da criança e do adolescente, os abrigos fazem parte dos serviços

obrigatórios socioassistenciais do Ministério da Cidadania, que atribui aos municípios a responsabilidade por organizar e manter esses locais chamados de serviço de acolhimento institucional (BRASIL, 2009).

Diante dessa realidade a existências de abrigos adequados, equipados e com profissionais capacitados para receber e cuidar dessas crianças durante um período indeterminado é de extrema importância.

2.2 A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO NO DESENVOLVIMENTO NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA

Seres humanos são relacionais e é através das relações que se estabelece o vínculo necessário ao desenvolvimento satisfatório, da infância à vida adulta, facilitando a capacidade de realização das fases do ciclo vital (CUNEO, 2009).

Na concepção de Pichon-Riviere (1988), vínculo é uma estrutura psíquica complexa que demanda um sujeito, um objeto em uma interação dialética em um processo de comunicação e aprendizagem.

Nesse sentido Pichon (1994) concebe vínculo como:

[...] uma estrutura dinâmica em contínuo movimento, que engloba tanto o sujeito como o objeto. O vínculo se expressa em dois campos psicológicos: interno e externo. É o interno que condiciona muito dos aspectos externos e visíveis da conduta do sujeito. O processo de aprendizagem da realidade externa é determinado pelos aspectos ou características obtidas da realidade interna, a qual se dá entre o sujeito e seus objetos internos. (BARROS; LABURÚ; ROCHA, 2007 p.238)

Bastos (2010) salienta que a teoria do vínculo possui um caráter social. Ao internalizar o outro, e ao sermos internalizados por este, essas figuras se tornam presentes nas relações entre duas pessoas, partindo daí uma estrutura triangular que aparecerá nas vinculações humanas em qualquer momento do ciclo vital.

Nesse sentido, Cuneo (2009) traz a definição de ciclo vital como uma reunião particular de características físicas, emocionais, intelectuais e sociais presentes em cada estágio do desenvolvimento humano e, embora as fases sejam iguais para todos os seres humanos, existem as diferenças individuais relacionadas à hereditariedade, carga genética, ambiente e cultura que constituem cada indivíduo em uma unidade.

Para Papalia e Feldman (2013), determinadas culturas e sociedades desenvolveram uma construção social das fases do ciclo vital. Por exemplo, até meados dos séculos XVII esperavam das crianças atitudes e esforços físicos como se fossem adultos. O conceito de adolescentes não existia e o termo nasceu com a era industrial (século XVIII) e o nascimento das escolas do

ensino médio. E ainda, em algumas sociedades como indígenas, tal conceito não existe, fazendo o jovem um rito de passagem da fase de criança para vida adulta (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

A autora segue explicando, que os estudiosos da psicologia do desenvolvimento, embora compreendendo que existem diferenças individuais, julgam necessário a satisfação de determinadas necessidades básicas para que o desenvolvimento normal ocorra. Os bebês carecem de uma figura humana - a mãe - ou um cuidador/a substituto/a para atender as necessidades fisiológica e facilitar o desenvolvimento de um vínculo afetivo contínuo que propicie a evolução emocional, cognitiva e social da criança.

Já os estágios da adolescência, na perspectiva dos cientistas do desenvolvimento, representam um momento de grandes conflitos, uma vez que os adolescentes passam a lidar com as emoções internas como perda do corpo infantil, procura por um parceiro, fazer parte de um grupo e pressões externas, como a escolha de uma profissão, busca pela independência financeira e busca por autonomia (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Diante disso, percebe-se que o desenvolvimento humano está intrinsecamente ligado às relações estabelecidas com o outro. É no processo do vínculo que a criança encontrará o apoio necessário para se fortalecer, se constituir e se posicionar enquanto sujeito em desenvolvimento.

Nesse contexto, a Teoria do Apego (TA), desenvolvida por Bowlby (1969), descreve bem a função dos vínculos e as consequências dos diferentes tipos de apego decorrentes das formas de vinculação e, dessa forma, coloca o vínculo como condição estruturante para a maneira como o sujeito irá se portar no mundo ou se posicionar em suas relações sociais.

A teoria de Bowlby (1969) permite pensar os vínculos afetivos no desenvolvimento humano ao longo da vida a partir de conceitos básicos, em uma visão sistêmica que vai além da necessidade física por proteção e sobrevivência, contemplando as questões simbólicas e sociais (PONTES *et al.*, 2007). Por isso tomou-se esta teoria como base para o desenvolvimento teórico deste trabalho.

John Bowlby (1907-1990), psiquiatra infantil, psicanalista e pesquisador inglês, desenvolveu a Teoria do Apego, partindo do pressuposto que a formação do apego não deriva somente da satisfação das necessidades fisiológicas básicas. Ao descrever as relações entre o bebê e sua mãe ou cuidadora principal, ele traz a importância do vínculo para o desenvolvimento saudável que envolve o reconhecimento de uma figura protetora, promotora de sentimento de segurança - não necessariamente a mãe - como postulava a teoria psicanalítica (DALBEM; DELL'AGLIO, 2005).

Os estudos de Bowlby (1989) surgiram inicialmente no contato com crianças órfãs que apresentavam dificuldade de relacionamento, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e posteriormente em 1950 como consultor da OMS - Organização Mundial de Saúde, em um trabalho sobre as necessidades das crianças sem lar.

Nesse sentido, Cuneo (2009) comenta que as crianças criadas em instituições, devido a forma impessoal nos cuidados e a troca constante de cuidadores, vivenciam sem estimulação a exploração do ambiente, o que indica um atraso no desenvolvimento do apego, se manifestando como prejuízo na qualidade da interação social.

Corroborando com a ideia Silva e Aquino (2005), destacam que o atendimento massificado de crianças e adolescentes em abrigo acarreta danos irreversíveis ao desenvolvimento humano, principalmente naqueles relacionados ao estabelecimento de vínculo, demonstração de afeto e a autoestima, além de comprometimento físico e comportamentais, como o desenvolvimento psicomotor e adaptação a rotinas.

O interesse de Bowlby pelas experiências da vida real e seus efeitos patogênicos envolvem estudos da década de 40 sobre os sofrimentos das crianças que em decorrência da guerra eram obrigadas a separações prolongadas da figura materna.

O trabalho frente a OMS possibilitou a ampliação dos estudos referentes a influências adversas no desenvolvimento da personalidade, chamando atenção para os efeitos maléficos da privação materna na primeira infância, mas discutindo também os meios de prevenir tais efeitos (BOWLBY, 1989 p.36).

Tais meios de prevenção estão diretamente ligados à qualidade do vínculo estabelecido, daí a importância da figura do psicólogo em abrigos, seja como sujeito do vínculo ou, mais ainda, como orientador da equipe de cuidadores com quem essas crianças mantêm contato mais próximo e íntimo, que muitas vezes irá ocupar o papel de mãe/pai nos cuidados higiênicos, alimentares, na imposição de regras e limites para o convívio social, sendo fundamental em todos esses processos a relação afetiva.

Além da influência e contribuição do corpo de pesquisadores da época, a Teoria foi enriquecida e propagada com os estudos da psicanalista Mary Ainsworth (BOWLBY, 1989).

As investigações de Mary Ainsworth (1963) sobre o apego baseavam-se em fatores de proximidade-intimidade que se manifesta no comportamento de convívio das crianças com suas mães, pesquisa realizada em Uganda-África. Tais estudos evidenciaram que o apego que um indivíduo estabelece durante a primeira infância é profundamente influenciado pela maneira que os cuidadores primários (pais ou pessoas substitutas) o tratam (DALBEM; DELL'AGLIO, 2005).

De acordo com Gomes (2011), as crianças formam vínculos por diferentes aspectos. Na busca de proximidade ela deseja se manter protegida de situações ameaçadoras e quando a criança se sente em situação de perigo busca o conforto proporcionado pela figura de apego.

Dentre as características na formação dos vínculos, Gomes (2011), nomeia o protesto na separação, que implica na falta ou possibilidade da ausência da figura de apego diante da qual a criança reclama sua presença. Essa figura possui atributos específicos, uma vez estabelecido o vínculo sua presença será sempre desejada e sua ausência sentida com grande pesar.

Ao desenvolver o conceito de uma base segura, Bowlby (1989) descreve o ajustamento dos movimentos entre mãe e bebê - ambos trabalham como parceiros procurando o ritmo de adaptação um com o outro. A mãe oferece ao bebê os estímulos necessários à sua evolução e cria um ambiente favorável com um ritmo natural. Na construção do vínculo o bebê se sente seguro para sair e explorar e interagir com o ambiente, podendo voltar a sua mãe ao se sentir ameaçado ou simplesmente para buscar conforto físico e emocional. A comunicação desenvolvida entre mãe e filho inicialmente se dá pela expressão emocional e o comportamento construído posteriormente, complementada pela fala, a emoção será a mediadora da comunicação íntima estabelecida neste elo por toda a vida.

O comportamento de apego, segundo Bowlby (1989), não está restrito somente a crianças. Podendo ser observado em adultos e adolescentes, a busca por segurança em momentos de estresse e ansiedade é considerado normal e universal, porém a forma como o comportamento de apego se organiza depende dos tipos de experiência vividos em sua família de origem ou na relação com cuidadores substitutos.

A adolescência é vista nessa teoria como um momento em que a relação com as figuras de apego sofrem alterações. Elas passam a acontecer fora da família, porém serão norteadas a partir dos cuidadores da infância (DALBEM; DELL'AGLIO, 2005).

Para Dalbem e Dell'Aglio (2005), a forma como a criança é atendida primitivamente em suas necessidades forma em sua memória um modelo interno de funcionamento que será posto na experiência social real. Ainda conforme os autores esses modelos primários de apego estabelecidos na infância acompanham o indivíduo por diversas fases do ciclo vital e a ruptura de vínculo primários por perda ou abandono impactam o desenvolvimento individual.

Bowlby (1989, p.17) comenta que o “cuidado com a criança está ligado ao desejo humano de ter filhos e que esse querer vem carregado da crença que eles cresçam saudáveis, felizes e autoconfiantes”. O sucesso nessa empreitada está ligado às condições sociais e psicológicas dos pais, com influência significativa para as gerações seguintes.

Ainda nesse sentido, Bowlby (1989), defende que cuidar de uma criança não é tarefa fácil e demanda tempo e atenção, assim como o envolvimento de outras pessoas além da mãe. Salienta também que a sociedade que vivemos em que a força de trabalho do homem e da mulher estão voltados a produção de bens materiais, criar crianças felizes, saudáveis e autoconfiantes fica relegado a segundo plano.

Ainda assim, a Teoria do Apego defende como uma característica nata do ser humano a capacidade para formação de vínculos afetivos, que se estabelece da gestação à velhice. Na infância a criança constrói laços afetivos com os pais biológicos ou substitutos com a função principal de sobrevivência e proteção. Da adolescência à vida adulta esses laços permanecem, sendo acrescido por novos laços.

Nesse sentido também discute os efeitos e consequências nas crianças ao serem expostas a situações especiais e a maneira como foram tratadas por seus pais ou outras figuras substitutas.

Os estudos nesse sentido apontam para três modelos principais de apego. O primeiro desses é o do apego seguro, segundo Ramires e Schneider (2010), e diz respeito a capacidade de aquisição da criança em mentalizar, tratando-se de um processo intersubjetivo entre a criança e o cuidador e promovendo para crianças a possibilidade de regulação e o controle das próprias emoções, desenvolvendo a segurança interna, a autoestima e a autonomia. Esse modelo é promovido nos primeiros anos de vida da criança fazendo com que se sinta encorajada a explorar o mundo.

O segundo modelo trata do apego resistente e ansioso, condições em que as crianças se sentem insegura quanto a disponibilidade dos pais. Ameaça de abandono ou separações levam a criança a desenvolver estados antigênicos para exploração do ambiente e frente a separação seu comportamento manifesta-se ansioso. Nesse modelo a criança, mesmo sob os cuidados dos pais/cuidadores, apresenta comportamento imaturo para sua idade, assim como alternância por procura de contato e irritação além de insegurança na aproximação de estranhos (DALBEM; DELL'AGLIO, 2005).

O terceiro modelo diz respeito ao apego ansioso com evitação. O indivíduo conta com a certeza da rejeição, procura ser autossuficiente emocionalmente por não ter nenhuma confiança de quando procurar cuidado o terá. Bowlby (1989) comenta que nesse modelo os conflitos não estão visíveis, resultados das inúmeras negativas da mãe/cuidador primário quando a criança buscava conforto e proteção. Dalbem e Dell'Aglio (2005) comentam que as crianças com padrão evitativo brincam de forma tranquila, se aproximam de estranhos durante a separação dos cuidadores, mas não procuram os pais ou cuidadores substitutos em busca de conforto e proteção.

Vista a função do apego e sua importância para o desenvolvimento humano e as relações sociais, observa-se o papel fundamental do psicólogo no sentido de orientar os vínculos entre crianças abrigadas e seus cuidadores temporários a fim de minimizar os efeitos maléficos da separação e de experiências de negligência e abandono. Ao cumprir essa tarefa, o psicólogo cria novas possibilidades para a criança e o adolescente frente ao mundo.

2.3 A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS INSTITUIÇÕES

É oportuno, aqui, abordar as competências do profissional da psicologia, que antes de serem regulamentadas no Brasil eram exercidas por profissionais formados no exterior e por outros profissionais com formação universitária nas áreas de Educação, Filosofia e Ciências Sociais (FURTADO, 2012).

A regulamentação do curso e da atividade da psicologia é dada pela Lei 4.119, de agosto de 1962, e a criação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) se dá pela Lei 5.766, de dezembro de 1971. Com os avanços das Ciências Psicológicas e a expansão dos conhecimentos específicos a Resolução CFP 13/2007 instituiu o título de profissional especialista em psicologia.

Vasconcelos (2013), expõe que a psicologia percorreu diversos caminhos e enfrentou vários movimentos práticos e teóricos até conseguir sua inserção no campo da ciência. Assim como a psicologia, a psicologia social e comunitária também enfrentou e enfrenta diversos desafios para ser conhecida e reconhecida no campo de desenvolvimento dos saberes psicológicos. O autor continua explicando que a transição do modelo clínico, com atendimentos individuais, do século XX para utilização de atendimentos em grupos com foco em outra clientela e outra dinâmica, abriu possibilidades para atuação psicossocial.

A partir do ano 2000 o CFP normatizou as especialidades para doze áreas da psicologia – dentre elas a do psicólogo social – e através da Resolução 005/2003 delimita as áreas de atuação específicas nesse campo, tais como desenvolver atividades em diferentes espaços institucionais e comunitários com foco na saúde, educação, trabalho, lazer, meio ambiente, comunicação social, justiça, segurança e assistência social. O trabalho desse profissional deve contemplar, também, ações relacionadas à comunidade e aos movimentos sociais com objetivo de formulação de projetos sociais e ou definição de políticas públicas, assim como estudo, pesquisa e supervisão de assuntos que abordam problemas relacionados ao indivíduo com a sociedade no campo da Psicologia Social (CFP, 2003).

Embora o CFP 13/2007 em seu Artigo 17 diga que o profissional da psicologia pode exercer suas atividades profissionais sem a necessidade de uma especialização, para conseguir

habilitar-se como especialista social faz-se necessário contar com o mínimo de dois anos de inscrição no Conselho de Psicologia e cinco anos de atuação na área da psicologia social, assim descreve o Artigo 4º da Resolução 005/2003 do CFP.

Segundo Lima e Cervený (2012), esse novo lugar ocupado pelo psicólogo vem desenvolvendo uma análise sobre a percepção em torno de suas competências para trabalhar em instituições sociais. De acordo com a pesquisa das autoras, realizada com cinco profissionais que atuam em instituições e atendem a população socialmente vulnerável na região de São José dos Campos, SP, o modelo clínico/médico não se revela mais suficiente ou até mesmo útil com esse novo campo de trabalho. Os desafios que o psicólogo encontra nesse novo campo não está em aplicar o saber, mas em sair da previsibilidade da clínica e exercer a criatividade que a atividade exige, trabalhar com imprevistos e com o instável.

Nesse sentido Lima e Schneider (2018) corroboram com a ideia quando preconizam que a atuação do psicólogo no SUAS - Sistema Único de Assistência Social, deva superar a tradição subjetivista de visão de mundo e de compreensão do fenômeno psicológico. Esse profissional é solicitado a desenvolver um trabalho crítico de reflexão sobre os fatores que determinam o sofrimento das famílias e dos sujeitos que necessitam de proteção social.

Sendo assim, Sawaia (2009) descreve esse sofrimento como aquele oriundo da relação estabelecida entre o indivíduo e a sociedade em que vive, denominando-o como sofrimento ético-político, isto é, se constitui de um processo da dialética inclusão/exclusão social.

Gesser (2013) descreve esse sofrimento como um processo opressor que abarca um campo vasto da desigualdade social, complexo, multifacetado e intimamente relacionado com as questões de gênero, geração, etnia, sexualidade (s), deficiência, religiosidade e demais dimensões da constituição humana.

A autora defende, também, a atuação do psicólogo nas políticas públicas como sendo um horizonte ético à potencialização do sujeito e ao reconhecimento de sua humanidade. Espera-se que suas práticas proporcionem empoderamento e autonomia, bem como potencialize para o autogerenciamento a fim de que o sujeito possa se tornar ator de transformação na comunidade.

Nesse sentido, Lima e Cervený (2012) descrevem o lugar do terapeuta como aquele que pratica a equidade, percebendo-se como parte na consciência de um novo lugar de comprometimento social, desenvolvendo um compromisso de tolerância e assimilação das diferenças ao rever o processo terapêutico, dando a ele o status de conversação terapêutica. Sobre esse novo cenário que descortina no fazer psicológico do trabalho com grupos, com os

clientes ou com a equipe, ainda se percebe como um desafio das praxes, uma vez que o psicólogo é visto como dono do intrapsíquico e do individual.

Dessa forma o psicólogo, como orientador ou facilitador, busca favorecer a emergência de um contexto que permita a construção de uma solução, legitimando todos os saberes.

Gesser (2013) também destaca alguns desafios dos profissionais da psicologia na vertente social de atuação, dentre eles a dificuldade de adesão dos indivíduos e o controle social das políticas públicas, e a participação social como fonte de transformação e garantia de direitos. Para tanto se destaca a necessidade de não se perder a singularidade dos sujeitos em meio à coletividade.

Sawaia *apud* Freud (2009) traz que uma das dificuldades para a psicologia trabalhar nos serviços públicos diz respeito ao seu objeto de estudo: a subjetivação e o aporte teórico a ser usado para esses indivíduos retornarem à suas vidas, carregadas de sofrimentos, podem se tornar um empecilho ao tratamento, estabelecendo uma polêmica em torno da subjetividade: é ela que determina a desigualdade ou é o contrário.

Além de todas as dificuldades enfrentadas pela psicologia, Lisboa e Barbosa (2009) acrescenta que a formação do psicólogo está carregada de críticas, vista como deficitária tanto na parte técnica como na epistemológica – científica –, assim como a distância entre a formação acadêmica, a realidade profissional e as demandas da sociedade.

Tal realidade fica explícita no relato de Silva (2014) sobre sua experiência em abrigo;

[...] a formação do psicólogo não contempla a atuação na área social e não nos prepara para enfrentarmos os desafios que tal prática suscita. É preciso ter muita perseverança para enfrentar os desafios, que são constantes e nunca um dia é igual ao outro (SILVA, 2014, s/p).

Travassos e Mourão (2018), em sua pesquisa sobre Lacunas de Competências de Egressos do Curso de Psicologia na Visão dos Docentes, apontam que os achados da pesquisa em comparação com os últimos resultados do Enade se mostram preocupantes quanto a maior tendência para atuação em políticas públicas. No entanto a proposta formativa seria para uma educação interdisciplinar voltada para o trabalho em equipe, na perspectiva de integralidade e integração, exigindo habilidades interpessoais e a atuação inter, multi, transdisciplinar, mostrando deficiência na formação a articulação entre teoria e prática corresponde a 29,8%.

Nesse sentido o Conselho Federal de Psicologia (2009) defende que as dificuldades encontradas pelo profissional no exercício da profissão podem estar relacionadas ao tempo de formação e à área de atuação, além de questões pessoais que podem dificultar o trabalho e também a falta de clareza acerca de atribuições e contribuições.

Diante da obrigatoriedade e da necessidade do psicólogo nos abrigos, bem como das dificuldades da profissão, acrescidas pelo contexto peculiar da atuação em instituições, faz-se necessário pesquisar sobre a atuação desses profissionais de forma holística, identificando seus acertos, erros, facilidades e dificuldades decorrentes de suas atividades, como sugeridos por Marques e Czermak (2008).

Vale aqui lembrar Scott, Oliveira e Siqueira (2017), que discorrem sobre como a criança e o adolescente em situação de abandono vêm ao longo dos tempos despertando preocupação daqueles que de alguma forma detém o poder para alterar tal situação.

Os autores pontuam sobre as iniciativas brasileiras que atentaram para esse público, tendo início no período colonial com a importação do modelo europeu de cuidados, chamados assistência aos expostos, através de “roda dos expostos”, passando pela assistência religiosa e tutela do Estado e culminando nos anos 80 e 90 com a proposta de proteção integral, materializada na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 (SCOTT; OLIVEIRA; SIQUEIRA, 2017).

Para Silveira et al. (2016) a ampliação das políticas públicas como, por exemplo, o acesso universal ao serviço de saúde através do SUS – Serviço Único de Saúde – ocorridas a partir dos anos 80, levaram a abertura de novos campos para a atuação dos psicólogos, inferindo novos efeitos sobre os saberes e práticas no deslocamento da atividade da clínica para um âmbito multifacetado do serviço público. Nesse sentido atuação do psicólogo no serviço da assistência social seguiu novos modos de atuação como comenta:

[...] o psicólogo deve atuar em um contexto grupal para abarcar as questões referentes a instituição e seus desdobramentos. Esses trabalhos não se restringem apenas aos grupos com as crianças e adolescentes, mas também a reuniões de capacitação e treinamento com a equipe. A equipe tem que ser capacitada para lidar com as crianças e adolescentes, a fim de exercer tanto as atividades rotineiras, que envolvem os cuidados físicos e materiais, quanto proporcionar um ambiente agradável permeado pelo afeto (SILVA, 2014, s/p).

Foi a partir da criação do ECA que as instituições de acolhimento tiveram diretrizes para o efetivo trabalho com as crianças e adolescentes abrigados, um olhar para além do acolhimento, considerando-os então como cidadãos com direitos. Dentre os planejamentos, como espaço físico e funcionamento, há também o quadro de profissionais que cada instituição deverá conter.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUAS – NOB_RH_SUAS – (BRASIL, 2006b) preconiza a existência de uma equipe de profissionais de nível superior, contendo nela também psicólogos, para atendimento de, no máximo, 20 usuários acolhidos.

As “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (BRASIL, 2009) que regem exclusivamente o serviço institucional citam que tais instituições devem constar no seu quadro um coordenador, com atribuições da gestão da entidade, e uma equipe técnica de profissionais graduados e com experiência no trabalho em abrigos, assim como uma equipe de cuidadores/educadores e uma equipe auxiliar, responsável pela alimentação e limpeza.

Cabe a coordenação e a equipe técnica a construção do projeto-político-pedagógico do serviço, a seleção de pessoal, além da articulação com a rede de serviços.

A equipe técnica deve ser composta por um psicólogo, um assistente social para atendimento de até 20 crianças/adolescentes, com carga horária de 30 horas/semanais, compete a esses profissionais, acolhimento psicossocial dos usuários e suas famílias com objetivo de reintegração familiar; capacitação e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores e demais membros da equipe; apoio nas atribuições do coordenador e a equipe; capacitação e acompanhamentos do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores; demandas que envolvam outros atores da rede e do serviços relacionados aos crianças e a suas famílias; organização dos prontuários das crianças e das famílias; elaboração de relatórios sobre a situação de cada criança e adolescentes da entidade e discussão da situação com autoridade judiciária e Ministério Público; preparação da criança/adolescente para desligamento e processo de aproximação da família de origem ou adotiva, quando for o caso, em parceria com a equipe de cuidadores/educadores (BRASIL, 2009).

Já para equipe de apoio cuidador/educador estabelece um profissional para cada 10 crianças por turno. Quando houver usuários com demandas especiais esse número passa a ser de um para oito, se houver dois, de um para seis usuários.

Cabe a equipe de cuidadores/educadores desenvolver as seguintes atividades:

Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente); Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade; Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento; Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior. (BRASIL, 2009, p.66).

A necessidade de um psicólogo em um abrigo é inquestionável para a saúde e desenvolvimento psicossocial dos abrigados, como também para apoio aos demais profissionais

que trabalham nos abrigos. Corroborando com essa ideia, Silveira, Perez e Santos (2016) aponta o psicólogo atuante nesses locais como mediador, uma vez que trabalha como facilitador na comunicação entre a criança e a família, a instituição o poder judiciário e os demais entes envolvidos no processo de acolhimento.

Ainda segundo Silveira, Perez e Santos (2016) cabe a esse profissional realizar trabalho interdisciplinar com as famílias e a comunidade de origem da criança e do adolescente, visando o retorno ao núcleo familiar. É também atribuição desse profissional o apoio afetivo e acolhedor dessas crianças e adolescentes com o objetivo de amenizar as marcas da violência trazidas pela sua história de vida, tornando-se um guardião de seus desejos e opiniões, e também capacitar a equipe promovendo a comunicação entre os membros.

Corroborando com a ideia, Silva (2014) afirma que o trabalho do psicólogo deve se pautar tanto no âmbito micro institucional, que engloba a instituição em si e seus desdobramentos, quanto no âmbito macro institucional, que engloba a relação das crianças e adolescentes com a comunidade e com suas famílias de origem.

Na prática os desafios são muitos. Aguiar, Carrero e Rondina (2007) apontam dificuldades por parte das crianças vítimas de violência e abandono em estabelecer vínculos que possam ressignificar sua vivência anterior. Ainda em relação às famílias de origem, poucas são as que aceitam orientação psicológica. A maioria se coloca em posição de vítima e se recusa a colaborar, adiando ainda mais o processo de reinserção da criança ou impossibilitando-o.

Junto à equipe técnica há também grupos visando aspectos motivacionais, ou promovendo a exposição das angústias, mediando discurso individuais e institucionais e capacitando a equipe para lidar com os desafios diários, além de reuniões semanais para discutir os problemas encontrados (AGUIAR; CARRERO; RONDINA, 2007).

É preciso também que a equipe que atende essas crianças tenha competência técnica, pois dessa forma contribuirá para que a criança e o adolescente tenham a menor quantidade de traumas e marcas possíveis. É preciso que as instituições de acolhimento tenham ações que não excluam a criança de sua vida social (ALMEIDA, 2018).

Diante dos desafios que se interpõem entre o objetivo e a realidade enfrentada pelo profissional da psicologia nos abrigos, urge a necessidade de estudos que possam apontar os principais gargalos de sua atuação e subsidiar a implementação de medidas eficientes para que a finalidade de seu trabalho seja alcançada.

3 METODOLOGIA

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa, de objetivo descritivo e procedimentos bibliográfico, documental e de levantamento, realizada em campo e, de acordo com a caracterização de Marconi e Lakatos (2011), voltada à resolução de um problema específico de interesse local, que, nesse caso, corresponde à atuação dos profissionais de psicologia nos abrigos públicos da cidade de Palmas - Tocantins.

Este estudo teve como objetivo principal conhecer como se dá a atuação desses profissionais, analisando a relação de três variáveis: as práticas dos profissionais de psicologia nos abrigos, as leis que norteiam essa atividade e as condições de trabalho (características desses abrigos), sendo por isso classificada como descritiva, segundo Gil (2010), em relação aos seus objetivos, uma vez que descreve a relação entre duas ou mais variáveis.

Quanto à forma de abordagem do problema, a pesquisa foi classificada como qualitativa ao analisar os dados demográficos dos abrigos públicos da cidade de Palmas Tocantins e ao pesquisar as leis que regem a atividade do psicólogo em abrigos, bem como pelas análises das entrevistas semiestruturadas sobre a atuação dos mesmos.

Quanto aos métodos empregados para alcance dos objetivos, de acordo com Gil (2010) trata-se, documental e exploratória uma vez que foi realizada uma pesquisa em artigos e livros que tange sobre o tema no âmbito das Ciências Psicológicas, pois baseou-se em Leis, Normas e Decretos que regem o trabalho do psicólogo em abrigos e por fim caracterizada como levantamento, ao ser aplicado uma entrevista aos psicólogos que estão atuando.

3.2 DETALHAMENTO DO PROCEDIMENTO

Para responder à questão problema da presente pesquisa, foi preciso comparar dados que coletados em quatro etapas. Assim, dividiu-se o procedimento da pesquisa da seguinte forma:

Na primeira etapa realizou-se pesquisa do referencial teórico e da legislação que rege os abrigos de crianças e adolescentes e a atuação dos psicólogos, que resultou em um projeto enviado ao Comitê de Ética do Ceulp/Ulbra.

Na segunda etapa numerou-se os abrigos existentes, a data de fundação, finalidade do abrigo (se atende só crianças de 0 a 11 anos ou adolescentes), capacidade de abrigamento, quantidade de crianças e adolescentes abrigadas, média de permanência das crianças no abrigo, quantidade de profissionais existente (equipe) e a quantidade de psicólogos atuando nos abrigos

públicos da cidade de Palmas-TO, realizada através de pesquisa na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da mesma cidade.

A terceira etapa foi realizada pessoalmente com os profissionais através de uma entrevista semiestruturada. Para o contato presencial com esses profissionais foi realizado primeiramente um contato via e-mail/telefone para conhecimento da pesquisa e agendamento da entrevista.

Os participantes não foram identificados na entrevista. Para apresentação dos dados foi desenvolvido uma planilha do Microsoft Excel para coleta de dados cujo os resultados da pesquisa foram discutidos posteriormente.

Na quarta etapa, os resultados encontrados são apresentados através da análise do discurso. Os dados foram analisados e confrontados com a legislação que rege os abrigos e as orientações do CFP sobre a atuação do psicólogo nos abrigos públicos.

3.3 LOCAL E PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na cidade Palmas - Tocantins, totalizando dois abrigos mantidos pelo poder público, de acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE, 2013), no período de 25 de fevereiro à 08 de abril de 2019.

3.4 OBJETO DE ESTUDO OU POPULAÇÃO

A coleta dos dados dos abrigos foi realizada por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da cidade de Palmas Tocantins, sendo a população da pesquisa todos os profissionais de psicologia atuantes nos abrigos públicos da cidade, categorizando essa pesquisa como censo. Foram investigados todos os profissionais que atuavam há mais de seis meses nos abrigos públicos de Palmas – TO.

3.5 CRITÉRIOS

3.5.1 Critérios de Inclusão

O critério de inclusão define como sujeito da amostra todos os psicólogos que tenham mais de seis meses de experiência com trabalho em abrigo e que concordaram em assinar o TCLE.

3.5.2 Critérios de Exclusão

Seriam excluídos dessa pesquisa os profissionais que embora tenham iniciado as entrevistas, no meio de processo decidiram por não dar continuidade.

3.6 VARIÁVEIS

Tempo de formação, considerando critério estabelecido pelo, (Art.17, CFP 13/2007), para psicólogo com especialização em psicologia social; tempo de trabalho no abrigo (ou na área); identificação com o campo de atuação, expectativas profissionais; adequação a especificidades do serviço público; visão pessoal sobre o campo de trabalho; relação emocional com a área de atuação; fatores motivacionais e de desmotivação; recursos do ambiente de trabalho.

3.7 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS, ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO, REGISTRO E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

O instrumento de coleta de dados institucionais junto à Secretaria de Desenvolvimento Social e/ou direção dos abrigos foram construídos no software Microsoft Office Excel, através uma planilha (APÊNDICE A) onde foram tabulados os dados coletados em documentos oficiais contendo as características dos abrigos como número de abrigados; categorias profissionais participantes da equipe; quantidade de crianças em passagem, em situação de adoção ou em permanência; média do tempo de permanência das crianças nos abrigos, considerando o tempo desde a data de fundação.

A pesquisa resguarda o sigilo da relação entre as informações coletadas e os nomes dos abrigos participantes, bem como os nomes de quaisquer abrigados ou profissionais envolvidos na pesquisa, a fim de resguardar a dignidade do sujeito da pesquisa e evitar que riscos se tornem danos, de acordo com os preceitos éticos para a realização de pesquisa com seres humanos ou dados restritos (BRASIL, 2012).

No momento da coleta de dados somente o pesquisador responsável teve acesso aos dados, transferindo as variáveis obtidas para a planilha do Excel.

Já o instrumento utilizado para a coleta de dados juntos aos profissionais da psicologia foi uma entrevista semiestruturada (APÊNDICE B), desenvolvidos pela própria pesquisadora de forma a atender as necessidades da pesquisa.

A aplicação da entrevista foi agendada previamente através de telefone e/ou e-mail. Optou-se por realizar pessoalmente devido ao pequeno número de abrigos - logo de profissionais – como forma de enriquecer a pesquisa com a observação *in loco*.

A análise dos dados se foi realizada a partir da observação das fases propostas por Bardin (2009, p.121), considerando a pré-análise (1), a exploração do material (2) e o tratamento dos resultados com base na inferência e interpretação (3).

A pré-análise consistiu-se na escolha dos documentos que foram a base para a formulação das hipóteses e elaboração dos indicadores para a interpretação final (FARAGO; FOFONCA, 2012). Para tanto a amostra delimitou-se de acordo com os documentos disponibilizados à pesquisadora, seis planilhas Excel com os dados. A exploração do material se deu pela coleta dos dados demográficos e realização de entrevistas semiestruturadas junto aos psicólogos institucionais. Os resultados foram avaliados estatisticamente com base na descritiva simples dos dados demográficos, e na análise de conteúdo das entrevistas realizadas. A inferência e interpretação dos resultados foi baseada no cruzamento das informações levantadas, observando convergências e divergências em relação aos apontamentos colocados pelo referencial teórico utilizado.

3.8 ASPECTOS ÉTICOS

Por envolver pesquisa com seres humanos, o projeto foi cadastrado na Plataforma Brasil para análise do Comitê de ética em Pesquisa do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA). Após aprovação Parecer: 3.251.162 os psicólogos dos abrigos pesquisados, foram convidados a assinar o TCLE, conforme os princípios éticos da resolução do conselho Nacional de Saúde CNS466/12. O TCLE foi lido e esclarecido pela acadêmica-pesquisadora com objetivo de dirimir qualquer dúvida que viesse a ocorrer.

3.8.1 Riscos

Caso o pesquisado se sentisse constrangido ao ser questionado sobre sua forma de atuar no desenvolvimento do seu trabalho, podendo apresentar desconforto psicológico, despertando sofrimento psíquico em decorrência dessas indagações. Caso o pesquisado apresentasse tais sofrimentos e sentisse necessidade de se tratar, para amenizar tais malefícios a psicóloga pesquisadora responsável se colocaria a disposição para atendê-lo oferecendo serviços psicológicos gratuitos imediatamente.

A informação coletada junto aos entrevistados resguardou o sigilo da fonte, a fim de evitar retaliações física, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual sobre os participantes.

Poderá haver um prejuízo moral, intelectual e social da exposição sobre sua condição laboral, prática e teórica. O profissional poderá se sentir constrangido por não conseguir responder alguma questão. Caso o pesquisado se sinta compelido com qualquer pergunta, está poderá ser suprimida do instrumento caso seja seu desejo.

Para minimizar tais danos que porventura possa ocorrer com a exposição de dados pessoais, a identificação dos participantes será omitida, sendo sua identidade vetada nos

instrumentos de coleta, bem como no manejo posterior durante o desenvolvimento do trabalho, onde serão identificados como profissional 1,2 ou 3, sem menção ao local de trabalho. Não haverá qualquer identificação dos sujeitos em documento.

Conforme determina a resolução 466/12(CNS) os participantes que vierem a sofrer qualquer dano direto ou indireto resultante da pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a indenização por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa.

3.8.2 Benefícios

Como proveito direto esta pesquisa poderá suscitar reflexões acerca da atuação profissional, além de evidenciar o seu lugar nesse campo, mostrar suas necessidades específicas dentro do ambiente de trabalho. De forma indireta os benefícios poderão contribuir para:

Conhecer como o psicólogo realiza o saber psicológico nessas instituições, também possibilitará reflexões a respeito do aprendizado acadêmico e sua realização nesse campo.

Os dados poderão, ainda, subsidiar discussões sobre o assunto e a definição de políticas públicas adequadas às necessidades dos abrigos. Ao fornecer aos órgãos envolvidos um panorama com as principais lacunas do setor, as informações poderão apontar caminhos para tomadas de decisões estratégicas que representam as necessidades do campo e do profissional.

O levantamento de informações também irá possibilitar a futuros pesquisadores um ponto de partida para investigações mais profundas sobre a situação dos abrigos, ou mesmo a ampliação da área de abrangência para todo o estado do Tocantins. Seja no âmbito da pesquisa acadêmica ou de consultorias contratadas para levantamento das condições situacionais dos mesmos.

3.8.3 Desfechos

3.8.3.1 Primário

Apresentar a atuação do psicólogo nos abrigos de Palmas, mostrando um panorama das atuações.

Promover reflexão entre teoria e prática acerca dessas práxis no local em questão.

3.8.3.2 Secundário

Indiretamente a pesquisa poderá ajudar a melhorar a qualidade de assistência aos abrigados, promovendo reflexões também de outras categorias profissionais.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a realização dessa pesquisa os dados foram coletados em duas etapas: no primeiro momento ocorreu o levantamento das informações demográficas dos abrigos da cidade de Palmas-TO junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (APÊNDICE A). Esse levantamento aconteceu na sala da Diretoria de Proteção Social Especial. O acesso aos dados só foi disponibilizado após autorização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e aprovação do Comitê de Ética do Ceulp/Ulbra sob nº 3.251.162.

O segundo momento da presente pesquisa aconteceu com a aplicação de entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE B) com os profissionais da psicologia nos abrigos institucionais da cidade de Palmas-TO.

Neste capítulo serão apresentadas as principais características dos abrigos públicos, em uma abordagem qualitativa, destacando as principais informações institucionais das entidades pesquisadas e, em seguida, as informações colhidas com base nas entrevistas com os psicólogos.

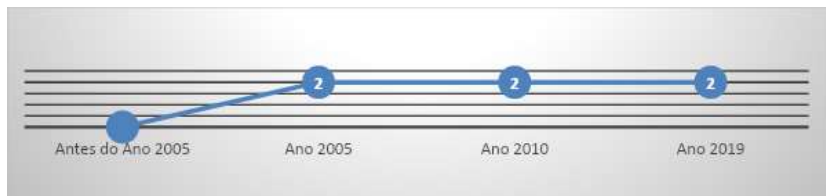
4.1 INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS DOS ABRIGOS INSTITUCIONAIS

4.1.1 Tempo de Funcionamento e características dos abrigos

O abrigamento institucional é uma medida de excepcionalidade para acolhimento de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. O Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 101, traz a institucionalização como uma das últimas medidas de proteção a esse cidadão, devendo, antes da adoção de tal medida, se recorrer à proteção e responsabilização da família, do Estado e da sociedade em programas de acolhimento social, visando a permanência da criança e do adolescente em sua família de origem.

O Estado do Tocantins foi criado na constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990, ano que se tornou um marco no reconhecimento da criança e do adolescente como cidadãos de direitos. Apesar da promulgação do ECA – lei de vanguarda com salto qualitativo rumo a proteção das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade – somente 17 anos mais tarde a capital do Estado do Tocantins, Palmas, criou duas únicas instituições de abrigamento público. Como pode ser observado no Gráfico 1, o município fundou no ano de 2005 os abrigos públicos institucionais, dando início ao cumprimento da Lei 8069/1990 (BRASIL, 1990).

Figura 1 - Quantidade de Abrigo na Cidade de Palmas-TO.



Fonte: Própria Autora, 2019

Como se pode observar, em 2005 o Município de Palmas – TO inaugurou dois abrigos institucionais ambos localizados na região central da capital. Em 14 anos nenhum outro abrigo foi criado. Durante a pesquisa não se conseguiu obter o dado de quantas crianças eram acolhidas no início de 2005 e/ou se houve ampliação física ou mudança de endereço.

A partir dessa data a cidade de Palmas inicia adoções de medidas para proteger crianças e adolescentes em situação de risco que possa vir comprometer o desenvolvimento físico e mental dessa população. Essa possibilidade, e compromisso presente no ECA (BRASIL, 1990) aparece, então, materializada com a fundação dessas instituições.

O ECA (BRASIL, 1990) preconiza que o local dos abrigos institucionais deve ser semelhante ao de uma residência, sem identificação, e deve estar inserido nas regiões próximas às residências dos abrigados, oferecendo ambiente acolhedor e condições para atendimento com padrões de dignidade. O atendimento deve ser personalizado e em pequenos grupos, além de favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local (BRASIL, 2009).

Ainda de acordo com o ECA (BRASIL, 2009), no que tange a estruturação do abrigo a responsabilidade vai do nível Federal ao Municipal, cabendo ao município a responsabilidade da administração e manutenção tanto do espaço físico como dos recursos humanos para sua funcionalidade.

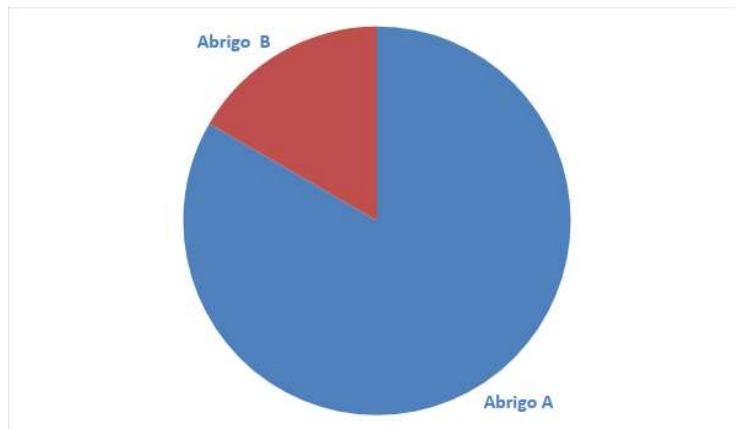
Nas observações *in loco*, pode-se constatar que as edificações e condições físicas dos abrigos pesquisados, estão de acordo com a lei, pois se tratam de locais em áreas de fácil acesso por meio de transporte público, na região central da cidade. São casas residenciais sem qualquer identificação, organizadas de forma a dar segurança, interfone para identificação dos visitantes, trava nas escadas, demonstrando cuidado com os pequenos. Na percepção da pesquisadora, o trânsito da equipe, a recepção com uma secretária, as salas para os serviços burocráticos, lembra uma repartição pública ou empresa. Percebe-se que mesmo atendendo as normas e leis, a equipe se empenhando para dar um lugar digno, seguro e acolhedor para essas crianças e adolescentes,

como postula Silva e Aquino (2005), ainda assim o ambiente não consegue transmitir a intimidade de um lar.

4.1.2 Capacidade de usuário por Abrigo

Na coleta de dados pode-se perceber, conforme Gráfico 3, que o Abrigo A, que atende crianças de ambos os sexos e adolescentes do sexo feminino, acolhe atualmente 15 usuários, representando 83% da sua capacidade em receber esse público, já o Abrigo B, continha três abrigados, representando 17% da capacidade de abrigamento.

Figura 2- Quantos estão abrigados



Fonte: Própria Autora, 2019

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUAS – NOB_RH_SUAS – (BRASIL, 2006b) preconiza a existência de uma equipe de profissionais de nível superior contendo nela psicólogos, para atendimento de, no máximo, 20 usuários acolhidos.

Ainda que capacidade de lotação de cada abrigo seja de 20 usuários e os números de abrigados seja de 15 em um e três em outro, o número de integrantes da equipe acolhedora tem que ser mantido. Nesse sentido os abrigos pesquisados atendem tanto as normas do SUAS quanto as Orientações Técnicas para o Serviços de Acolhimento (BRASIL, 2009) para crianças e adolescentes.

Entretanto, observou-se que no período da pesquisa o número de abrigados por instituição não ultrapassou o máximo permitido por lei, pelo contrário os dois não atingiam sua capacidade máxima. Esse cenário justifica a não criação de novos abrigos.

4.1.3 Características dos Abrigados

Para ilustração da finalidade foram levantados dados que mostram que, nos abrigos pesquisados, um acolhe crianças de ambos os sexos de 0 a 12 anos e adolescentes de 13 a 18 anos do sexo feminino – chamado, aqui, de Abrigo A. O outro, chamado de Abrigo B, acolhe somente adolescentes do sexo masculino, com idade de 13 a 18 anos incompletos. Observou-se, como mostra o Gráfico 2, que as crianças de 0 a 5 anos estão em maior quantidade – 8 no momento da pesquisa – enquanto as de 6 a 12 anos somavam cinco. Já na classificação por sexo, os adolescentes do sexo masculino aparecem em maior número – três –, e os do sexo feminino em menor – dois.

Figura 3 - Características dos Abrigados



Fonte: Própria Autora, 2019

Na análise dos dados o Abrigo A apresenta maior número de abrigados, evidenciando que são as crianças na primeira infância as mais suscetíveis a ter seus direitos violados no limite do abandono. Nesse contexto a Teoria do Apego, desenvolvida por Bowlby (1969), descreve bem a função dos vínculos e as consequências dos diferentes tipos de apego decorrentes das formas de vinculação e, dessa maneira, coloca o vínculo como condição estruturante para a maneira como o sujeito irá se portar no mundo ou se posicionar em suas relações sociais.

Essa teoria permite pensar os vínculos afetivos no desenvolvimento humano ao longo da vida a partir de conceitos básicos em uma visão sistêmica que vai além da necessidade física por proteção e sobrevivência, contemplando as questões simbólicas e sociais (PONTES *et al.*, 2007).

Tanto as adolescentes acolhidas no Abrigo A (duas usuárias), como os adolescentes acolhidos no Abrigo B (três usuários), aparecem em menor número em relação às crianças de 0 a 12 anos (15 usuárias), o que pode sugerir que o abrigo tem cumprido seu papel como um lugar de estadia provisória para crianças e adolescentes que necessitam de cuidado e proteção excepcional, até retornar às suas famílias de origem.

A finalidade primordial do abrigo é acolher e zelar pela integridade física e emocional, provisoriamente, tanto a criança como o adolescente em momentos extremos de falta de proteção ou cujos pais ou responsáveis encontrem-se sem condições de cumprir sua função de cuidador (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, a busca por segurança em momentos de estresse e ansiedade é considerada normal e universal, porém a forma como o comportamento de apego se organiza depende dos tipos de experiência vividos pela criança em sua família de origem ou na relação com cuidadores substitutos (BOWLBY, 1989).

Já a adolescência é vista na Teoria de Apego (BOWLBY, 1989), como um momento em que as relações com as figuras de apego sofrem alteração. Elas passam a acontecer fora da família, porém serão norteadas a partir dos cuidados da infância (DALBEM, 2005).

Pensando na manutenção dos vínculos familiares das crianças e dos adolescentes o ECA estabelece que a condição de abrigo em entidade não ultrapasse 2 anos e deve prezar pela manutenção dos entes familiares como irmãos e primos em um mesmo local (BRASIL, 1990).

Nesse sentido a função do abrigo é de acolher a criança e o adolescente e procurar restabelecer o vínculo familiar no menor tempo possível. Não ocorrendo a restituição ao convívio com a família no período de 2 anos, a medida provisória se torna medida de abrigo, isto é, ocorre a destituição do poder familiar e a criança ou adolescente passa para o sistema de adoção (BRASIL, 1990).

Com relação ao número de usuários por abrigo, percebe-se que os locais pesquisados evidenciam conformidade com as diretrizes legais, inclusive em manter unidos os irmãos que se encontram em medida de adoção. Diante dos dados apresentados fica clara, também, a exposição de crianças na primeira década de vida a situações de abandono e negligência por parte dos responsáveis, assim com a fragilidade na construção de vínculos estruturantes para seu desenvolvimento como indivíduo.

4.1.4 Número de Crianças / Condição de Abrigamento – Abrigo A

Diante dos dados coletados referentes ao número de crianças e adolescentes existentes no momento da pesquisa no Abrigo A, observou-se, na Tabela 1, que as crianças da primeira década de vida são as de maior número. Das 15 acolhidas, três aguardam adoção, são irmãos, mas não foi informada a idade. Por se tratar de um lugar provisório, a média de permanência no abrigo flutua entre 30 e 120 dias.

Tabela 1- Total de crianças e adolescentes – Abrigo A

Faixa etária das crianças acolhidas	Números de usuários	Média de permanência no abrigo
Abaixo de 5 anos	08	De 30 a 120 dias
De 5 a 12 anos	05	
Adolescentes do sexo feminino	02	
Total de abrigados	15	

Fonte: Própria Autora, 2019

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e as leis dela derivadas, como o ECA (BRASIL, 1990), lançaram um olhar acurado sobre o abandono de crianças e adolescentes. Percebe-se, através dos dados coletados, que as crianças da tenra infância, abaixo dos 5 anos são as que mais se encontram em vulnerabilidade e fazendo uso da medida protetiva.

O papel de abrigamento como proteção em momentos de risco físico ou emocional pelo qual a criança e o adolescentes estão sujeitos e sua condição em procurar a reinserção familiar aparecem na pesquisa como fatores positivos. O abrigo mostra média de permanência de, no máximo, 120 dias. Dentre os 15 abrigados existe três irmãos que se encontram em medida de adoção, condição aplicada após esgotadas todas as possibilidades de retorno ao convívio com família, seja a nuclear ou extensiva, pois, de acordo com o ECA, a disposição para adoção só ocorre a partir da destituição do poder familiar.

4.1.5 Número de Adolescentes / Condição de Abrigamento– Abrigo B

Os dados coletados referentes ao abrigo B, que acolhe adolescentes do sexo masculino, observados na Tabela 2, mostram três abrigados, e a média de permanência chega ao limite do que preconiza o ECA (BRASIL, 1990) de, no máximo, dois anos.

Tabela 2 - Total de adolescentes – Abrigo B

Abrigados	Número de usuários	Média de permanência no abrigo
Adolescentes do sexo masculino	02	02 anos
Completando 18 anos	01	
Total de abrigados	03	

Fonte: Própria Autora, 2019

Percebe-se que apesar das condições de abrigamento terem conquistado avanço ao longo da história, suas condições no presente vão além de proteger e cuidar, caminham na direção de

transformar um ambiente estéril em um lugar fértil para que os usuários possam durante a estada encontrar amor, desenvolver a autonomia, exercitar relacionamentos de afetividade e segurança para seguir a vida além do abrigo. Embora haja cumprimentos das leis e normas, o sistema abrigo ainda mantém crianças por longo tempo senão até completar maioridade, convivendo nesses espaços (SILVA et al. 2014).

Embora o ECA/1990 (BRASIL,1990) traga como provisória a medida protetiva em abrigo, ainda assim existe a condição de permanência para alguns. Apesar do caráter de provisoriedade da medida, Cardoso (2006) e Silva (2004) colocam que muitas crianças e adolescentes permanecem nessas instituições sem a possibilidade de estar em famílias substitutas ou de voltar para suas famílias de origem até conquistar a maior idade. Tal informação pode ser confirmada, visto que um dos abrigados se encontrava no processo de desligamento da instituição em razão de completar 18 anos.

4.1.6 Equipe Existente no Abrigo A

Como mostram os dados da Tabela 3, a maior parte da equipe é constituída por educadores sociais (18), nomenclatura que faz referência aos educadores/cuidadores e pessoas responsáveis pelos serviços gerais. Para a definição do número total de cuidadores o serviço deve observar esta proporção estabelecida pela NOB – RH/SUAS (BRASIL, 2006b), pelas Normas Técnicas para Serviço de Acolhimento (BRASIL, 2009), apontando que no caso do Abrigo A o número está dentro do esperado. Em atendimento às normas legais, o Abrigo A tem mais colaboradores em seu corpo de funcionários e ambos cumprem os preceitos das leis. Os dados revelam a equipe do abrigo A na seguinte composição:

Tabela 3 - Equipe de Servidores do Abrigo A

Profissionais	Equipe Técnica	Educadores Sociais	Equipe Apoio
Coordenador	01		
Psicólogos	02		
Assistente Sociais	02		
Pedagogo	01		
Nutricionista	01		
Educadores Sociais		18	
Auxiliares Serviços Gerais			16
Total dos Servidores	07	18	16

Formatado: Fonte: Itálico

Formatado: Normal, Espaçamento entre linhas: simples

Tabela formatada

Total da Equipe Servidora	41
----------------------------------	-----------

Fonte: Própria Autora, 2019

Tabela formatada

Os serviços prestados em abrigos institucionais baseiam-se em qualificação e capacitação técnica. Além da capacidade em desenvolver as atribuições, os profissionais necessitam de habilidades nas relações humanas. O objetivo principal da equipe é possibilitar à criança e ao adolescente previsibilidade, constância e estabilidade nos cuidados, visando ao máximo possível tornar o ambiente próximo a um lar (BRASIL, 2009).

As orientações técnicas sugerem que os educadores/cuidadores trabalhem em turnos fixos para desenvolver rotinas diárias como: café da manhã, jantar, almoço, preparo para ir à escola, realizar tarefas escolares, colocar para dormir; e que aconteça sempre com os mesmos, visando o fortalecimento dos vínculos (BRASIL, 2009). Nos dados coletados não foi identificado a constância da equipe, pois trabalham em sistema de turnos, trabalhando 12 e folgando 36 horas.

Cabe a equipe de educadores sociais as atividades de organizar, auxiliar e acompanhar as crianças e os adolescentes em suas rotinas diárias. Já à equipe de apoio, os cuidados com a residência, como limpeza, organização do ambiente e preparação dos alimentos. Vale ressaltar que a manutenção da capacidade de atendimento deve manter-se independentemente do número de vagas ocupadas (BRASIL, 2009), fato também observado e confirmado tanto no abrigo A como no abrigo B.

As atividades a serem desenvolvidas pela equipe interprofissional deverão respeitar as normas quanto às atividades privativas definidas pelos respectivos conselhos de profissão (BRASIL, 2009).

Observou-se que os profissionais cumprem o que determina seus conselhos, não ultrapassam trinta horas de trabalho semanais. Pode-se também observar que a equipe se compõe com profissionais além do mínimo exigido por lei, nesse caso com nutricionista e pedagogo.

Para os profissionais da psicologia, o Conselho Regional de Psicologia (CRP) não vistoria esses locais de trabalho dos psicólogos, observação que pode ser confirmada na fala da profissional 1 [...] *"Pra falar a verdade, depois que eu tô aqui, eu recebi uma vez alguém do Conselho Regional de Psicologia e eu nem contei como uma visita técnica"... "de outras profissões que vem, que passam a manhã, que orientam..."*.

O conselho profissional dos psicólogos tem por finalidade defender os interesses da categoria, assim como registrar, fiscalizar e orientá-los no exercício da profissão. Funciona

como órgão consultivo e deliberativo das demandas para a classe, além de contribuir para o desenvolvimento da psicologia como ciência e profissão (CRP, s/d).

Observou-se que as instituições de acolhimento público da cidade de Palmas-TO cumprem as Leis, Normas e Orientações Técnicas que determinam o abrigamento como forma protetiva para crianças e adolescentes que se encontram em vulnerabilidade social. Os profissionais procuram zelar pelo vínculo familiar, demonstrando interesse no retorno ao convívio dessas crianças e adolescentes que por algum motivo se encontram provisoriamente na condição de abrigados. Embora para os psicólogos atentou-se, que em alguma medida sentem-se desprestigiados pelo órgão que os representa enquanto profissionais.

4.1.7 Equipe Existente no Abrigo B

Os membros da equipe técnica formados pela coordenadora, assistente social e NOB-RH/SUAS (2006b), como pode ser observado na tabela 4. Já os membros da equipe educadores/cuidadores e equipe de apoio apresentam 24 servidores, também indicando números de servidores mínimos para atender 20 usuários, estando em consonância com as Orientações Técnicas para o Serviços de Acolhimento (BRASIL,2009). A equipe do abrigo B foi identificada nos dados da seguinte forma:

Tabela 4 - Equipe de Servidores do Abrigo B

Profissionais	Equipe Técnica	Educadores Sociais	Equipe de Apoio
Coordenador	1		
Psicólogos	1		
Assistente Sociais	1		
Educadores Sociais		12	
Auxiliares de Serviços Gerais			12
Total dos Servidores	3	12	12
Total da Equipe Servidora	27		

Fonte: Própria autora, 2019

Através dos dados coletados percebeu-se que o Abrigo B cumpre a exigência mínima da equipe técnica para atendimento de 20 usuários em três turnos pela manhã e três turnos a tarde, trabalhando no regime de 12/36h. No caso do serviço de acolhimento essa equipe técnica deverá ser composta por 01 (um) psicólogo, 01 (um) assistente social para cada 20 usuários, e 02 (dois) educadores/cuidadores para cada 10 abrigados por turno.

Ao pesquisar as características dos abrigos públicos de Palmas - TO, incluindo aí o modo de funcionamento, as condições físicas, a operacionalização das equipes de educadores sociais e apoiadores da equipe, constatou-se a maneira como elas se organizam para atender as crianças e adolescentes e a forma como se dá a atuação da equipe técnica em torno do objetivo de acolher esse público para protegê-los de forma excepcional e provisória em um momento especial de suas vidas.

Nesse sentido, os dados mostram que mesmo a instituição se munindo de todas as exigências legais e se preparando profissionalmente para receber e reintegrar as crianças e os adolescentes ao convívio familiar, ainda assim uma parcela dessa população vive no abrigo a espera de adoção, às vezes até completar 18 anos. Constatou-se também que as entidades de classe de outros profissionais fiscalizam e orientam a prática nesses locais de atuação, porém ficou evidente nos depoimentos dos profissionais da psicologia que seu Conselho não faz uso de tal prática.

Evidenciou-se também que a equipe técnica existente nos abrigos pesquisados vai além da indicada pelo ECA, sugerindo uma preocupação com cuidado básicos e proteção física das crianças. Porém na equipe de cuidadores percebe-se a ausência de experiências inovadoras por partes dos profissionais e da própria instituição no sentido de realizar esforços para o sentimento de pertencimento ao novo espaço de convivência que essas crianças estão expostas. Nesse sentido a busca pela preparação da criança para retornar aos convívios de um ambiente ameaçador do qual foi retirada também parece ser de uma certa forma negligenciada.

Haja vista que trabalham em regime de plantão 12/36h, isto é, cada equipe de cuidadores trabalha 12 horas e folga 36h, o que pode dificultar o desenvolvimento de laços afetivos e a manutenção do vínculo com as crianças e os adolescentes. Para os profissionais da psicologia a quem é delegado o treinamento dessas equipes e o próprio cuidado afetivo dos usuários, parece estar em segundo plano, o foco está preparação da família para recebê-las de volta e não nas crianças e nos adolescentes como sujeitos em formação.

4.2 ENTREVISTA COM OS PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA

O segundo momento da coleta de dados se deu com os profissionais da psicologia nas dependências dos abrigos institucionais em uma sala que preservou o sigilo necessário para a aplicação da entrevista.

Foram entrevistados três psicólogos, todos concursados, aqui nominados como profissional 1, 2 e 3, destacando as seguintes características profissionais:

Profissional 1: 4 anos e 4 meses de trabalho no abrigo, 9 anos de formação, 9 anos que trabalha no campo psicossocial, especialização em gestão pública em saúde.

Profissional 2: 2 anos e 6 meses de trabalho no abrigo, 7 anos de formação, 7 anos que trabalha no campo psicossocial, especialização em saúde mental.

Profissional 3: 4 anos de trabalho no abrigo, 4 anos de formação, 4 anos que trabalha no campo psicossocial, especialização em gestão estratégica.

Os conteúdos manifestos nas entrevistas foram divididos em três eixos, que correspondem sequencialmente: o sistema abrigos e suas características; características do profissional psicólogo no trabalho; a realidade do trabalho do psicólogo nos abrigos.

As questões eram apresentadas aos sujeitos da pesquisa na sequência dos temas e tiveram em média 12 minutos para cada eixo (cálculo aproximado somado ao final da aplicação do instrumento de coleta de dados). Após a coleta dos dados e transcrição dos pronunciamentos de cada entrevistado, os áudios foram eliminados para manter o sigilo de cada sujeito da amostra. Os tratamentos das respostas foram examinados pela técnica de análise de discurso proposta por Bardin (2009), observando convergência e divergências em relação aos apontamentos colocados pelo referencial teórico utilizado.

4.2.1 Eixo 1 – O Sistema Abrigo

Considerando os relatos das entrevistas referentes ao Eixo 1, surgiram conteúdos sobre o domínio do conhecimento das Leis e Normas por parte dos profissionais, a percepção da organização da instituição que trabalham e a aproximação da instituição com a comunidade. Dos Quadros A ao C apresenta-se os conteúdos manifestados nas coletas dos dados dos três psicólogos entrevistados, analisando os aspectos sobre como os profissionais percebem essa instituição e seu papel como agente de transformação na vida das crianças e dos adolescentes institucionalizados.

Quadro 1 – Percepção da função do abrigo

	Falas
Profissional 1	<p><i>“[...] se tirar uma criança ou um adolescente de uma família, a dor é muito grande, e vir para o serviço de acolhimento compromete o desenvolvimento...”</i></p> <p><i>“A gente trabalha aqui de forma que os acolhimentos sejam mesmo breves, que as crianças retornem para as suas famílias com segurança”.</i></p>

Profissional 2	<p><i>"[...] a gente trabalha as famílias para as crianças estarem retornando. "</i></p> <p><i>"[...] são duas equipes uma para os cuidados da criança e a equipe no cuidado processual das famílias das crianças. "</i></p>
Profissional 3	<p><i>"Quando ocorre a destituição familiar, a criança fica por períodos longos, eu sempre digo: é um remédio a curto prazo e veneno a longo prazo".</i></p>

Fonte: Própria autora, 2019

O conteúdo exposto pelos três profissionais tem características semelhantes ao mencionarem o prejuízo na ruptura dos vínculos familiares nas situações de institucionalização de crianças e adolescentes. Percebe-se diante do conteúdo das profissionais 1 e 2 a preocupação na tempestividade do serviço, que seja breve para que a crianças retornem a família o mais rápido possível. Já a profissional 3 comenta da necessidade da medida protetiva como um remédio para situações excepcionais, porém alerta para as consequências da medida a longo prazo.

Percebe-se a preocupação dos profissionais com o retorno das crianças e dos adolescentes a suas famílias de origem, visando a manutenção desses vínculos. Porém Silveira, Perez e Santos (2016) destacam que cabe ao profissional da psicologia, além de realizar trabalho interdisciplinar com as famílias e a comunidade de origem da criança e do adolescente, o apoio afetivo e acolhedor com o objetivo de amenizar as marcas da violência trazidas pela sua história de vida, tornando-se um guardião de seus desejos e opiniões. Cabe a eles também capacitar a equipe promovendo a comunicação entre os membros.

Isto posto, observa-se o papel fundamental do psicólogo nas instituições de abrigo, no sentido de orientar os vínculos entre crianças abrigadas e seus cuidadores temporários a fim de minimizar os efeitos maléficos da separação e de experiências de negligência e abandono. Ao cumprir essa tarefa, o psicólogo cria novas possibilidades para a criança e o adolescente frente ao mundo.

Quadro 2 - Institucionalização e reinserção familiar.

	Falas
Profissional 1	<p><i>[...] "vai se perdendo a questão da família, as referências, os afetos..."</i></p> <p><i>[...]. "mas eles estão mudando, que é para ser Serviço de Acolhimento Institucional para justamente tirar essas estigmatizações do abrigo".</i></p>

Profissional 2	<i>[...] "mas somos servidores, somos funcionários, nós não somos pai, mãe, tio, irmão, não somos nada disso. Não tem esse vínculo familiar e a gente sabe que é necessário o vínculo familiar".</i>
Profissional 3	<i>"Eles criam uma visão negativa, porque pensam que se não houvesse o abrigo eles estariam na família, teriam sido adotados. "</i>

Fonte: Própria autora, 2019

Percebe-se na fala dos profissionais uma convergência para os danos que as institucionalizações causam na vida de crianças e adolescentes, percebendo que são servidores públicos e que sua passagem pela vida dessas pessoas é transitória e profissional.

A despeito de existir relação permeada pelo afeto, para o Profissional 2 ela está pautada no fazer cumprir as atribuições como servidor, entretanto o trabalho do psicólogo no âmbito micro institucional engloba a instituição em si e seus desdobramentos, quanto no âmbito macro institucional engloba a relação das crianças e adolescentes com a comunidade e com suas famílias de origem (SILVA, 2014).

Na prática os desafios são muitos, Aguiar, Carrero e Rondina (2007) apontam dificuldades por parte das crianças vítimas de violência e abandono em estabelecer vínculos que possam ressignificar sua vivência anterior. Ainda em relação às famílias de origem, poucas são as que aceitam orientação psicológica. A maioria se coloca em posição de vítima e se recusa a colaborar, adiando ainda mais o processo de reinserção da criança ou impossibilitando-o.

Gesser (2013) também destaca alguns desafios dos profissionais da psicologia na vertente social de atuação, dentre eles a dificuldade de adesão dos indivíduos e o controle social das políticas públicas e a participação social como fonte de transformação e garantia de direitos. Para tanto se destaca a necessidade de não se perder a singularidade dos sujeitos em meio à coletividade.

Diante da dificuldade apresentada pelos psicólogos, como confirmadas nas falas dos profissionais, tais observações sugerem uma falta de apropriação do espaço da psicologia pelos profissionais nesses espaços.

Quadro 3 – Aproximação com a comunidade e desenvolvimento biopsicossocial

	Falas
Profissional 1	<i>[...] "então a gente trabalha a inserção no mercado de trabalho, profissionalização, mais voltado para questão de independência e autonomia. "</i>

	<i>“Com as crianças são trabalhadas as questões de regras, de rotina, porque eles vêm muito sem rotina...”</i>
Profissional 2	<i>[...] “ é uma casa que funciona sob segredo de justiça. ”</i> <i>“ A gente tem uma certa dificuldade de trabalhar de zero a 12 anos e de 12 a 18 anos, porque adolescentes tem uma maneira de trabalhar totalmente diferente das crianças e, para fazer duas coisas diferentes, dentro do abrigo fica um pouco complicado”.</i>
Profissional 3	<i>[...]” os abrigados vão ao médico, não é o médico que vem, eles vão à escola como outra criança ou adolescentes qualquer, frequentam a igreja que escolher”.</i> <i>“Busca trabalho nos programas como o Menor Aprendiz e eles fazem uma poupança, pensando a autonomia, no futuro quando saírem daqui”.</i>

Fonte: Própria autora, 2019

Os dados coletados nas falas evidenciam que as crianças e adolescentes institucionalizados mantêm uma rotina de proximidade com a comunidade, na fala do profissional 3 o movimento dos abrigados é de dentro para fora e não o inverso, são eles que vão ao médico, à escola, à igreja. Percebe-se também uma preocupação com a autonomia e o futuro dos adolescentes, como ficou evidenciado na fala do profissional 1 e 3 ao mencionarem a profissionalização e uma poupança visando o futuro dessas pessoas. No entanto na fala da profissional 2 percebe-se um gargalo para trabalhar com crianças e adolescentes no mesmo ambiente.

Enquanto perdurar a medida de abrigo cabe a estes contribuírem para os demais atores da rede de atendimento manter os vínculos, apoiar as famílias a receber seus filhos de volta. Além disso, essas instituições devem propiciar a convivência familiar e comunitária na rotina do atendimento, principalmente nos casos em que o retorno as famílias se mostram de difícil solução (SILVA; AQUINO, 2005)

Percebe-se que a aproximação com as famílias na tentativa de restabelecer os laços afetivos é uma constante na atuação do psicólogo nos abrigos de Palmas-TO. A instituição também promove condições para aqueles em que a restauração de vínculos se mostra inviável, através de iniciativas de colocação no mercado de trabalho. Na convivência comunitária o abrigo também coloca seus usuários em contato com a comunidade visando a emancipação desse sujeito.

4.2.2 Eixo 2 – O Profissional da Psicologia

Em relação a categoria do profissional da psicologia as falas dos entrevistados do Eixo 2, dos quadros D ao F, os conteúdos demonstram a compreensão da forma como os profissionais da psicologia chegaram ao campo psicossocial, quais as expectativas que tinham e as dificuldades enfrentadas.

Quadro 4 – Trabalho no serviço público e a graduação em psicologia.

	Falas
Profissional 1	<p><i>[...] “o conhecimento do psicólogo soma com o conhecimento do assistente social, com a soma do conhecimento do pedagogo, é muito rico”. “...o trabalho fica mais efetivo...”. “ Eu vim para cá sem saber”.</i></p> <p><i>“Eu não tive estágio na assistência social, fiz estágio em clínica, hospital, escola, mas eu não entrei num CRAS antes de começar a atuar. ”</i></p>
Profissional 2	<p><i>“Eu fiz um concurso público, quando fui assumir o que tinha era o abrigo”.</i></p> <p><i>[...] “a gente entra na política de assistência social, que é um campo novo, que é um campo que ainda a gente está descobrindo nosso espaço, a gente está buscando respeito dos outros profissionais nesse espaço, porque esse espaço o psicólogo é visto como psicoterapeuta, só fazer clínica”.</i></p> <p><i>“Na minha grade curricular não tinha quase nada de Psicologia Social...eu cheguei no serviço público totalmente verde”.</i></p>
Profissional 3	<p><i>[...] “você é lotado de acordo com Município e me mandaram para o abrigo. ”</i></p> <p><i>“Vi quase nada a respeito da assistência social durante a formação, nem sabia que existia acolhimento social, não sabia o que era o serviço de acolhimento, pensava que era meninos infratores ou orfandade ”.</i></p>

Fonte: Própria autora, 2019

O trabalho no serviço público para o profissional da psicologia foi possibilitado a partir dos movimentos sociais dos anos 80 e 90 que culminaram na promulgação da Constituição Cidadã (BRASIL, 1988) e com aprovação do ECA (BRASIL, 1990). Constata-se nas falas dos três profissionais que todos são concursados e que, em alguma medida, o desejo de entrar para o serviço público permeava sua atuação profissional. O profissional 3 relata que era um sonho ser servidor público, já para os profissionais 1 e 2 era a possibilidade de exercerem a profissão.

A ampliação das políticas públicas como, por exemplo, o acesso universal ao serviço de saúde através do SUS (BRASIL, 1988) ocorridas a partir dos anos 80, levaram a abertura de

novos campos para a atuação dos psicólogos, inferindo novos efeitos sobre os saberes e práticas no deslocamento da atividade da clínica para um âmbito multifacetado do serviço público (SILVEIRA; PEREZ; SANTOS, 2016).

Segundo Lima e Cervený (2012), esse novo lugar ocupado pelo psicólogo vem desenvolvendo uma análise sobre a percepção em torno de suas competências para trabalhar em instituições sociais. Os desafios que o psicólogo encontra nesse novo campo não estão em aplicar o saber, mas em sair da previsibilidade da clínica e exercer a criatividade que a atividade exige, trabalhar com imprevistos e com o instável.

Além de todas as dificuldades enfrentadas pela psicologia, Lisboa e Barbosa (2009) acrescentam que a formação do psicólogo está carregada de críticas, vista como deficitária tanto na parte técnica como na epistemológica – científica –, assim como a distância entre a formação acadêmica, a realidade profissional e as demandas da sociedade.

Verifica-se através dos conteúdos expostos pelos sujeitos da pesquisa que a abertura para novo campo de atuação da psicologia, possibilitou aos profissionais um novo modo de exercer seus saberes. Assim como ampliou o mercado de trabalho para essa classe profissional, também transformou suas práxis. Nesse sentido percebe-se que junto com as expectativas surgiram também as dificuldades de atuação do psicólogo e essa adequação vem desde da formação acadêmica à própria identidade profissional para apoderar-se do seu lugar no campo psicossocial.

Quadro 5 - Atuação do psicólogo nos abrigos

	Falas
Profissional 1	<p><i>“O foco não é o trabalho do psicólogo em si, o foco é o trabalho da equipe técnica”. “ É multidisciplinaridade. ”</i></p> <p><i>“ Faz a escuta qualificada das crianças, às vezes a criança prefere falar comigo, às vezes com assistente social, às vezes com a pedagoga, às vezes a gente fala juntas.</i></p> <p><i>“Da proteção especial, que é onde o abrigo está tipificado, é mais difícil de encontrar curso de especialização. ”</i></p>
Profissional 2	<p><i>“A gente não faz nada específico da psicologia aqui, nossa atribuição é a mesma que a do assistente social”.</i></p> <p><i>“A gente participa de congresso, seminário, reuniões e grupo de estudo”.</i></p>

Tabela formatada

Profissional 3	<p><i>“Aqui o vínculo não é terapêutico, porque a convivência é muito próxima...”. O vínculo está na compreensão das necessidades deles, na compreensão da história de vida, na estimulação a sonhar e continuar a acreditar na vida”.</i></p> <p><i>“a gente mapeia os parentes mais próximos, identifica os afetos, se tem, e se a criança ou adolescentes não vai correr risco a gente reintegra.”</i></p> <p><i>“A instituição não promove capacitação, tenho que buscar por mim mesma”.</i></p>
-----------------------	--

Fonte: Própria autora, 2019

Tabela formatada

Formatado: À esquerda

No Eixo que trata da atuação dos psicólogos nos abrigos, pode-se perceber que houve divergência nos conteúdos expostos. Observa-se na fala do profissional 2 que se coloca no fluxo das demandas, às vezes se confundindo com outros profissionais da equipe. No entanto a compreensão do fazer psicológico nesses ambientes sugere certa clareza nas falas dos profissionais 1 e 3, quando mencionam a intervenção na realidade social através da escuta qualificada e no trabalho conjunto da equipe para a resolução de objetivos comuns.

Formatado: À esquerda

Nesse sentido a atuação do psicólogo no campo psicossocial representa um grande desafio devido à complexidade do trabalho interdisciplinar, o enfrentamento da burocracia e impessoalidade das instituições, além do contato diário com o sofrimento e a pobreza (VASCONCELOS, 2013).

Corroborando com a ideia, o Conselho Federal de Psicologia (2009) defende que as dificuldades encontradas pelo profissional no exercício da profissão podem estar relacionadas ao tempo de formação e à área de atuação, além de questões pessoais que podem dificultar o trabalho e também a falta de clareza acerca de atribuições e contribuições.

No que tange a atuação dos psicólogos nos abrigos pode-se perceber que as dificuldades pertinentes aos profissionais pesquisados versam sobre sua forma de atuação nesses espaços específicos, uma vez que todos são concursados e pouco tiveram experiências em outras áreas psicossociais. Ainda assim, infere-se a falta de clareza no fazer da psicologia no abrigo, também a própria falta de motivação desse profissional em busca por capacitação fora do círculo de disponibilidade.

Quadro 6 - As Leis que norteiam a atividade nos abrigos e os Conselhos Profissionais

Falas

Profissional 1	<p><i>“Se os abrigos institucionais no Brasil tivessem de acordo os às normas, era tudo perfeito. O difícil é a gestão do serviço público atender ao que se pede.”</i></p> <p><i>“No tempo que estou, recebi uma visita do Conselho Regional de Psicologia, de outras profissões, vêm, passam a manhã, orientam...”</i></p>
Profissional 2	<p><i>“Somos muito amparados pelas Leis e Normas atualmente”.</i></p> <p><i>“Eu nunca recebi ninguém do Conselho Regional de Psicologia aqui.”</i></p>
Profissional 3	<p><i>“No abrigo trabalhamos para o judiciário, seguimos as leis à risca”.</i></p> <p><i>“O conselho Regional de Psicologia nunca apareceu por aqui, diferente da assistência social, que vem, que orienta...”</i></p>

Fonte: Própria autora, 2019

Percebe-se a convergência nas falas dos profissionais pesquisados, todos comungam das eficiências das leis que regem os abrigos e na ausência do Conselho Regional de Psicologia. A profissional 1 menciona a dificuldade do atendimento por parte dos agentes públicos responsáveis pela operacionalização.

Com a implantação do ECA (BRASIL, 1990) também surge a LOAS (BRASIL, 2006b), que teve por objetivo garantir a proteção Social prevenindo a incidência de riscos, especialmente à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. Dentro da LOAS foi implementado o SUAS (BRASIL, 2005), para operacionalização da assistência social, entrando aí as NOB-RH (BRASIL, 2009) que regem a contratação dos profissionais da psicologia, bem como de outros a compor a equipe de assistência social, por exemplo, dentro dos abrigos (CFP, 2016).

Nesse sentido Lima e Schneider (2018) corroboram com a ideia quando preconizam que a atuação do psicólogo no SUAS (BRASIL, 2005) deve superar a tradição subjetivistas de visão de mundo e de compreensão do fenômeno psicológico. Esse profissional é solicitado a desenvolver um trabalho crítico de reflexão sobre os fatores que determinam o sofrimento das famílias e dos sujeitos que necessitam de proteção social.

É preciso também que a equipe que atende essas crianças tenha competência técnica, pois dessa forma contribuirá para que a criança e o adolescente tenham a menor quantidade de traumas e marcas possíveis. É preciso que as instituições de acolhimento tenham ações que não excluam a criança de sua vida social (ALMEIDA, 2018).

O trabalho desse profissional deve contemplar, também, ações relacionadas à comunidade e aos movimentos sociais com objetivo de formulação de projetos sociais e/ou

definição de políticas públicas, assim como estudo, pesquisa e supervisão de assuntos que abordam problemas relacionados ao indivíduo com a sociedade no campo da Psicologia Social (CFP, 2003).

Percebe-se que esse campo de trabalho da psicologia vem carregado de lacunas, embora amparado pelas leis, o profissional parece não ter encontrado a expertise do saber fazer.

Nota-se ainda, a ausência do Conselho Regional de Psicologia na verificação dos locais de trabalho e orientação das práticas profissionais, algo comumente realizados por outros conselhos profissionais. Percebe-se também, dentre todas obrigações que o trabalho exige, a falta de suporte por parte dos agentes públicos envolvidos no processo, como, por exemplo, atualização, no sentido de capacitação da equipe técnica, participação desta equipe no processo seletivo e na construção de um perfil para o trabalho em um campo exigente de profissionalização.

4.2.3 Eixo 3 – O Trabalho no Abrigo

Quadro 7 - Abordagem psicossocial e as atribuições do psicólogo.

	Falas
Profissional 1	<i>"É um campo que a gente tem conquistado..."</i>
Profissional 2	<i>"...é o trabalho social com as famílias que a gente faz. Porque é rede e rede não trabalha sozinha, então a gente tem essa articulação, essa aproximação, essa conversa".</i>
Profissional 3	<i>"Aqui a prioridade são os abrigados e suas famílias, mas coisas inesperadas acontecem o tempo todo. O serviço burocrático toma grande parte do dia". "A carga horária é suficiente, mas a gestão pública deveria pensar na saúde mental do trabalhador. "</i>

Fonte: Própria autora, 2019

O trabalho interdisciplinar no campo social e as atribuições dele advindas, convergem na fala dos três profissionais. O Profissional 3 menciona a burocracia a ser atendida e as exigências adoeedoras às quais o trabalhador fica exposto, já o profissional 2, fala da articulação em rede e a desvinculação do trabalho clínico, nesse sentido o profissional 1 lembra do campo de atuação que a psicologia vem conquistando.

A psicologia percorreu diversos caminhos e enfrentou vários movimentos práticos e teóricos até conseguir sua inserção no campo da ciência. Assim como a psicologia, a psicologia social e comunitária também enfrentou e enfrenta diversos desafios para ser conhecida e

reconhecida no campo de desenvolvimento dos saberes psicológicos. A transição do modelo clínico com atendimentos individuais do século XX para utilização de atendimentos em grupos com foco em outra clientela e outra dinâmica abriu possibilidades para atuação psicossocial (VASCONCELOS, 2013).

Nesse sentido Silveira, Perez e Santos (2016) ressaltam que cabe a esse profissional realizar trabalho interdisciplinar com as famílias e a comunidade de origem da criança e do adolescente, visando o retorno ao núcleo familiar. É também atribuição desse profissional o apoio afetivo e acolhedor dessas crianças e adolescentes com o objetivo de amenizar as marcas da violência trazidas pela sua história de vida, tornando-se um guardião de seus desejos e opiniões, e também capacitar a equipe promovendo a comunicação entre os membros.

Esse lugar buscado pela psicologia parece vir carregado de dificuldades não dimensionadas.

Quadro 8 - Mudança do campo clínico para atuação no campo psicossocial

	Falas
Profissional 1	<p><i>"tornar esse ambiente o mais saudável possível é um dos maiores gargalos, por mais ruim que estava a situação familiar deles e para lá que eles querem voltar, porque é lá que estão os vínculos familiares".</i></p> <p><i>"O maior instrumento aqui é a escuta, mesmo, porque o foco realmente não é o trabalho clínico individual. É o trabalho em conjunto com a equipe".</i></p>
Profissional 2	<p><i>"a gente trabalha muito junto aos cuidadores, claro que eles trabalham mais com as crianças..."</i></p> <p><i>"a gente não faz muita coisa específica, mas se por acaso, eu quiser fazer o momento lúdico com as crianças ou de desenho, aí a gente tem brinquedos, tem material..."</i></p>
Profissional 3	<p><i>"Aqui não fazemos clínica, mas a maioria dos abrigados necessitam de avaliação neuro e acompanhamento psicoterápico, pois apresentam transtornos devido à própria condição de vida que os trazem para cá. "</i></p> <p><i>"a gente faz atendimento e orientação como agir em determinados casos para equipe de educadores sociais, por plantão".</i></p> <p><i>"A maioria da equipe de educadores sociais chega aqui sem saber o que vão fazer, sem formação, com problemas éticos mesmo".</i></p>

Fonte: Própria autora, 2019

Os profissionais pesquisados divergem suas falas no que compete a mudança no foco de atendimento, passando da clínica para o trabalho em grupos. A fala dos profissionais 3 e 2 sugerem a necessidade da clínica para atendimento das crianças e dos adolescentes, já o Profissional 1 fala de outros recursos da psicologia para fortalecimento dos vínculos e a reinserção familiar. Observa-se uma convergência na fala dos profissionais referente aos desafios na orientação por parte dos psicólogos à equipe de educadores sociais.

Dentre alguns desafios dos profissionais da psicologia, na vertente social de atuação, Gesser (2013) destaca a dificuldade de adesão dos indivíduos e o controle social das políticas públicas e a participação social como fonte de transformação e garantia de direitos. Para tanto se salienta a necessidade de não se perder a singularidade dos sujeitos em meio à coletividade.

Sair do modelo clínico/médico e atuar nesse novo lugar, o campo psicossocial, exige uma visão mais ampla, colocando o profissional da psicologia em uma análise em torno de sua competência para trabalhar em instituições sociais (GESSER, 2013).

Embora o profissional da psicologia possa exercer suas atividades profissionais sem a necessidade de uma especialização, conforme Art. 17 do CFP 13/2007, para conseguir habilitar-se como especialista social se faz necessário contar com o mínimo de dois anos de inscrição no Conselho Regional de Psicologia e cinco anos de atuação na área da psicologia social, assim descreve o Artigo 4º da Resolução 005/2003 do CFP.

Nesse contexto de mudança do tradicional modelo clínico para um campo dinâmico e exigente de criatividade, percebe-se que os profissionais se encontram em construção desse novo cenário.

Quadro 9 - Atuação psicossocial nas instituições de acolhimento

	Falas
Profissional 1	<p><i>[...] "gargalo do acolhimento institucional são os servidores, aqui tem três plantões de educadores sociais. "</i></p> <p><i>[...] "a gente esbarra com profissional que não tem perfil e identidade para trabalhar no serviço..."</i></p> <p><i>"...sinto falta de a gente participar da seleção das pessoas que vêm trabalhar aqui, de construir um perfil do cargo, o perfil da pessoa pra vir, da coordenação a serviços gerais..."</i></p>

Profissional 2	<p><i>"os servidores não chegam capacitados, é a gente que faz, tendo uma conversa sobre o que devem fazer, como se comportar, as questões éticas..."</i></p> <p><i>"um desafio é manter a saúde mental, muitos casos difíceis"</i></p> <p><i>"maior alegria é a satisfação de ter a oportunidade de estar transformando vida..."</i></p>
Profissional 3	<p><i>"Um dos maiores desafios foi enfrentar os valores para poder enxergar a profissão. Entender diferentes formas de organização familiar".</i></p> <p><i>"Maior alegria é ver as famílias se juntarem é ver o amor sobressair diante do caos. "</i></p>

Fonte: Própria autora, 2019

Os conteúdos apresentados pelos profissionais 1 e 2, no Quadro I, se aproximam ao mencionarem obstáculos enfrentados na condução da formação da equipe de educadores sociais. Para o Profissional 3 o obstáculo aparece no enfrentamento das próprias contradições. O Profissional 1 menciona que a participação da psicologia na construção do perfil psicológico para o cargo.

A Teoria do Apego defende como uma característica nata do ser humano a capacidade para formação de vínculos afetivos, que se estabelece da gestação à velhice. Na infância a criança constrói laços afetivos com os pais biológicos ou substitutos com a função principal de sobrevivência e proteção. Da adolescência a vida adulta esses laços permanecem, sendo acrescido por novos laços (BOWLBY, 1969).

Nesse sentido as instituições de acolhimento têm por finalidade primordial favorecer a criança e ao adolescente um ambiente acolhedor, saudável, seguro e que se aproxime ao máximo de um lar, para que possam encontrar nesses ambientes no período que ali estiverem vínculos sólidos que lhes proporcione o desenvolvimento de suas potencialidades para enfrentamento das dificuldades frente ao mundo (SILVA; AQUINO, 2005).

Assim, Marques e Czermak (2008) também discutem os efeitos e consequências nas crianças ao serem expostas a situações especiais e a maneira como foram tratadas por seus pais ou outras figuras substitutas.

Contrapondo, Vectore e Carvalho (2008) colocam que a forma positiva com que o indivíduo responde às situações adversas tem a ver com a capacidade humana de enfrentar dificuldades, ainda que venham a colocar em risco a vida e/ou seu desenvolvimento.

Diante da obrigatoriedade e da necessidade do psicólogo nos abrigos, bem como das dificuldades da profissão acrescidas pelo contexto peculiar da atuação em instituições, avançaria na qualidade da equipe consequentemente no serviço prestado pelos abrigos aos seus usuários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo, foi possível perceber que os abrigos públicos do Município de Palmas – TO cumprem as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente em proteger de forma excepcional e provisória o público infanto-juvenil em condições de vulnerabilidade social.

A pesquisa constatou que essas instituições seguem as orientações para darem aos usuários condições dignas de moradia e cuidados, estando localizadas em áreas centrais da capital e se assemelhando a uma residência.

São instituições com serviços especializados e contam com equipes técnicas formadas por profissionais com graduações exigidas nas leis que regem os abrigos. Uma característica é que a maioria dos membros das equipes de cuidadores que estão em contato direto com as crianças e com os adolescentes é formada por servidores que chegam ao serviço por indicação ou concurso, nesse caso, a ausência de profissionalização e capacitação na área faz chegar ao serviço profissionais sem perfil ou identidade para trabalhar com crianças e adolescentes que por algum motivo excepcional se encontram física e psicologicamente expostos.

Cabe ressaltar o papel do psicólogo nesse contexto. Ao analisar o ambiente de trabalho e as condições em que esse profissional desenvolve suas práticas, a pesquisa constata que as atividades burocráticas são as que mais consomem tempo e atuação no campo social, colocando-o em constantes desafios, que vão desde o despreparo acadêmico até a falta de capacitação específica para a área.

Nota-se ainda, a ausência do Conselho Regional de Psicologia na verificação dos locais de trabalho e orientação das práticas profissionais, algo comumente realizados por outros conselhos profissionais.

Uma das falhas percebidas diz respeito, ainda, à formação profissional e à falta de preparo com que chegam ao campo. Os profissionais relatam a falta de cursos de capacitação específicos, todas as formações de que participam estão mais atreladas ao judiciário. Tal lacuna formativa dificulta o desenvolvimento da profissão.

Algumas necessidades no atendimento ao público também se tornam gritantes, pois, apesar de muito se falar da importância do vínculo, aparece o relato de que a maioria das crianças e adolescentes, que chegam aos abrigos com seus direitos já violados, precisam de um atendimento psicológico devido aos transtornos desenvolvidos em função das condições de vida. Nesse sentido, apesar desse público estar sendo reinserido no núcleo familiar, paira o questionamento sobre a saúde mental dessas crianças e adolescentes e, até que ponto terão condições de estabelecer relações saudáveis com suas famílias e comunidades.

Torna-se um guardião dos desejos e opiniões das crianças e adolescentes abrigados, capacitar a equipe promovendo a comunicação entre os membros, realizar trabalho interdisciplinar com as famílias e a comunidade de origem, promover o apoio afetivo e acolhedor, são atribuições do profissional da psicologia dentro desse campo de atuação.

Nesse sentido percebe-se que os psicólogos inseridos em abrigos, têm sido meros cumpridores das leis a serviço do judiciário, não focando de fato em suas atribuições profissionais. Mesmo dentro da equipe multiprofissional, onde exerceria um papel importante na psicoeducação e orientação dos demais profissionais, não têm tido condições de cumprir seu papel de psicólogo social devido à alta carga burocrática. Isso às custas do adequado desenvolvimento das crianças e adolescentes que chegam ao abrigo com o desenvolvimento comprometido por uma vida marcada pela violência e o desamparo e não encontram nesse ambiente, fertilidade para tornarem-se cidadãos de fatos, porque o direito já lhe garante essa prerrogativa.

A presença do CRP, na perspectiva dos profissionais entrevistados, nesse sentido, poderia favorecer o melhor exercício da profissão dentro desse campo.

Ao longo da história, os abrigos se perpetuaram como um local onde são deixadas as crianças indesejadas pela sociedade. Nesse sentido, pode-se perceber que houve um avanço da sociedade, no momento em que se cumprem as leis, que se preocupam com a cidadania das crianças e adolescentes. Entretanto, o exercício da psicologia social ainda se encontra em construção, delimitando um lugar de atuação dentro das políticas sociais, tanto na parte epistemológica como nas práticas.

Foi possível através do presente estudo responder à questão problema, chegando ao entendimento do funcionamento dos abrigos públicos da cidade de Palmas- TO e ao apontamento dos gargalos encontrado pelos profissionais da psicologia que exercem sua profissão em espaços que acolhem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Por esse motivo, pode ser interessante o desenvolvimento de futuras pesquisas que investiguem se os cursos de psicologia vêm abordando esses campos de atuação do psicólogo social e comunitário. Assim como novos conteúdos referentes a essa área nas instituições públicas de abrigamento do Estado do Tocantins, e nas instituições privadas, para assim entender melhor como se dá atuação da psicologia da área social no Estado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Flavio Aparecido de. **O acolhimento institucional e o papel do psicólogo**. Psicologia.pt – O Portal dos Psicólogos. 2018. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1201.pdf>>. Acesso em 01.dez.2018.

AGUIAR, Oscar Xavier de; CARRERO, Márcia Lamarca Cassola; RONDINA, Regina de Cássia. Casa abrigo: possibilidade de atuação para psicólogo. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, v.5, n.9, 2007. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/14x527DLReirAvi_2013-510-16-19-27.pdf>. Acesso em 01 dez.2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

BARROS, Marcelo; LABURÚ, Carlos Eduardo; ROCHA, Zenaide F. D. C. Análise do vínculo entre grupo e professora numa aula de ciências do ensino fundamental. **Ciência & Educação**, v. 13, n. 2, p. 235-251, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v13n2/v13n2a07>> Acesso em: 27 nov. 2018.

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicólogo informação**, v. 14, n. 14, p. 160-169, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092010000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em Acessos em 27 nov. 2018.

BOWLBY, John. **Apego**. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

_____. **Uma Base Segura: Aplicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre: Editora Artes Medicas Sul Ltda, 1989.

_____. **Separação: angústia e raiva**. São Paulo Martins Fontes, 1993.

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução N° 466/12**, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html> Acesso em 14 set. 2018.

BRASIL, Presidência da República. **Lei N° 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em 14 set. 2018.

_____. **lei n° 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm>. Acesso em: 21 set. 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma operacional básica de recursos humanos do Suas (NOB_RH SUAS)**, 2006. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/comissoes-tematicas/comissao-de-politica/norma-operacional-basica-de-recursos-humanos-do-suas-nob-rh-suas.pdf/download>> Acesso em 14 set. 2018.

_____. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**, junho de 2009. Disponível em:

<https://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf>. Acesso em 14 set.2018.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; BETTS, Mariana Kraemer; DELL-AGLIO, Débora Dalbosco. A rede de apoio social e afetivo de adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil. *Interamerican Journal of Psychology*, v. 40, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/284/28440202/>> Acesso em: 30 ago. 2018.

CFP, Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP Nº 005/2003. **Reconhece a Psicologia Social como especialidade em Psicologia para finalidade de concessão e registro do título de Especialista**. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2003_5.pdf> acesso em 21 set. 2018.

_____. Resolução CFP Nº 013/2007. **Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro**. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf> Acesso em 14 set. 2018.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. **Cadastro Nacional de Adoção (CNA)**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/cadastro-nacional-de-adocao-cna>>. Acesso em 09 set. 2018.

CRUZ, Lílían; HILLESHEIM, Betina; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. *Psicologia & Sociedade*, v. 17, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a06v17n3>>Acesso em: 30 ago.2018.

CUNEO, Mônica Rodrigues. **Abrigamento prolongado: os filhos do esquecimento**. A institucionalização prolongada de crianças e as marcas que ficam. 3º Censo da população infanto-juvenil abrigada no Estado do Rio de Janeiro. Rio de, p. 415-432, 2009. Acesso em 27 nov. 2018.

DALBEM, Juliana Xavier; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. *Arquivos brasileiros de psicologia*, v. 57, n. 1, p. 12-24, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672005000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 27 nov. 2018.

MARQUES, Cecília de Castro; CZERMAK, Rejane. O olhar da Psicologia no abrigo: uma cartografia. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 3, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3093/309326579005/>Acesso em: 14 out.2018.

DEJOURS, Christophe. **O fator humano**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FERREIRA, Frederico Poley Martins et al. Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais. *Serv. Soc. Soc.*, n. 117, p. 142-168, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/274>> Acesso em: 28 ago. 2018.

FARAGO, Cátia Cilene; FOFONCA, Eduardo. A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações. **Revista**

Linguagem, v. 18, 2012. Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/007.pdf>> Acesso em 21 de out. 2018.

FURTADO, Odair. 50 anos de Psicologia no Brasil: a construção social de uma profissão. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, n. 1, p. 66-85, 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6134975>> Acesso em: 14 de set. 2018.

GARZANTI LINGUISTICA, **Aprico**, disponível em: <<https://www.garzantilinguistica.it/ricerca/?q=aprico>>. Acesso em 29 ago. 2018

GESSER, Marivete. Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, p. 66-77, 2013. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6123947>> Acesso em: 14 set 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Atlas, 2010

GOMES, Adriana de Albuquerque. **A teoria do apego no contexto da produção científica contemporânea**. 2011. 285 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/97442>>.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **MUNIC** - Suplemento Assistência Social. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/pesquisa/10079/72454>> Acesso em: 14 set. 2018.

LIMA, Fabiani Cabral; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Características da atuação do psicólogo na proteção social especial em Santa Catarina. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 2, p. 347-362, 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6486537>>. Acesso em 28 ago. 2018

LIMA, Maria José; CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. A competência social do psicólogo: estudo com profissionais que atuam em instituições. **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 32, n. 2, p. 284-303, 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6133763>>. Acesso em 15 out. 2018.

LISBOA, Felipe Stephan; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 29, n. 4, p. 718-737, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n4/v29n4a06>> Acesso em: 14 out. 2018.

MARINO, Adriana Simões. **A criança autora de ato infracional-as medidas de proteção e o conselho tutelar-um debate para o campo psicanalítico**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-04112011-170738/en.php>>. Acesso em 09 set. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCILIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 1 ed. São Paulo: Hucitec editora, 1998. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/geanipedrosa/histria-social-da-criana-abandonada-autora-maria-luza-marclio>>. Acesso em 29 ago. 2018.

MARTINS, Fernanda Flaviana de Souza. Da história da Institucionalização de crianças no Brasil ao Estatuto da Criança e do Adolescente. In: MOREIRA, J. O.; OLIVEIRA, R. T; SALUM, M. J. G. (org.). **Estatuto da criança e do adolescente**: refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades. 1 Ed. Brasília-DF, CFP, 2016. p.132-142.

MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; SPERANCETTA, Andressa. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 519-528, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a12>> Acesso em 28 ago. 2018.

OLIVEIRA, Rita de Cássia. **A história começa a ser revelada**: panorama atual do abrigo no Brasil. IN: Abrigo: Comunidade de Acolhida e socioeducação. Baptista, Myrian Veras (coord.). São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. (Coletânea abrigar: 1).

ONU, Organização Mundial da Saúde. **Relatório do especialista independente para o Estudo das Nações Unidas sobre a Violência Contra Crianças**, de 23 de agosto de 2006. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/Estudo_PSP_Portugues.pdf> Acesso em 14 set. 2018.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 12 ed, Porto Alegre: AMGH Editora Ltda., 2013.

PONTES, Fernando Augusto Ramos et al. Teoria do apego: elementos para uma concepção sistêmica da vinculação humana. **Aletheia**, n. 26, p. 67-79, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-03942007000200007&script=sci_abstract&tlng=en>. Acesso em: 28 de nov.2018.

RAMIRES, Vera Regina Rohnelt; SCHNEIDER, Michele Scheffel. Revisitando alguns conceitos da teoria do apego: comportamento versus representação?. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, n. 1, p. 25, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n1/a04v26n1>> Acesso em: 27 de nov.2018.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da saúde mental infantil: a criança brasileira da Colônia à República Velha. **Psicologia em estudo**, v. 11, n. 1, p. 29-38, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n1/v11n1a04.pdf>> Acesso em 30 ago. 2018.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a10v21n3>> Acesso em 21 out. 2018.

SCOTT, Juliano Beck; OLIVEIRA, Isabel Fernandes; SIQUEIRA, Aline Cardoso. Acolhimento institucional: descrevendo a prática do psicólogo e a sua atuação. **Barbarói**, v. 2, n. 50, p. 263-279, 2017.. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/11226>> Acesso em: 14 set. 2018.

SILVEIRA, Andréa Luiza; PEREZ, Karine Vanessa; SANTOS, Volmir Mielczarski. Naturalização das demandas para a Psicologia: uma questão atual. **Revista Polis e Psique**, v. 4, n. 2, p. 188-205, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/51094>> Acesso em: 21 out.2018.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & sociedade**. São Paulo. Vol. 18, n. 1, (jan. /abr. 2006), p. 71-80., 2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a10v18n1>> Acesso em 30 ago. 2018.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; KRAEMER, Mariana B.; DELL-AGLIO, Débora D. A rede de apoio social e afetivo de adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 40, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/284/28440202/>>. Acesso em 14 set. 2018.

SILVA, Christie Dinon Lourenço et al. A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 1, p. 55-65, 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082015000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 ago. 2018.

SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA- Instituto Uniemp, 2004. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3050/4/Livro_cap.%202> Acesso em 21 out. 2018.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de. **Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária**. 2005. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4571> Acesso em 21 out. 2018.

SILVA, Leticia Batistella e. O psicólogo em abrigo – uma compreensão fenomenológica existencial. **Centro de Psicoterapia Existencial**, 2014. Disponível em: <<http://www.psicoeexistencial.com.br/o-psicologo-em-abrigo-uma-compreensao-fenomenologico-existencial/>>. Acesso em 22 nov. 2018

TRAVASSOS, Rômulo; MOURÃO, Luciana. Lacunas de Competências de Egressos do Curso Psicologia na Visão dos Docentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 2, p. 233-248, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932018000200233&script=sci_abstract&tlng=es>Acesso em:14 out. 2018.

UNICEF, United Nations Children's Fund. **Infância e adolescência no Brasil**. Disponível em:<https://www.unicef.org/brazil/pt/Estudo_PSP_Portugues.pdf>:Acesso em 14 set. 2018

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (organizador). **Abordagens psicossociais**. Volume I: História, Teoria e Trabalho no campo. 2 ed, São Paulo: Hucitec; 2013.

VECTORE, Célia; CARVALHO, Cíntia. Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, n. 2, 2008.. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v12n2/v12n2a15>> Acesso em 21 out. 2018.

APÊNDICES

públicos de Palmas/TO

[illegible]

APÊNDICE B - Entrevista para levantamento de dados junto aos psicólogos que atuam em abrigos públicos de Palmas/TO

Data da Aplicação: / /

Informações dos profissionais psicólogos atuantes no abrigo:

Tempo de trabalho no abrigo:	Especialização:
Tempo de Formação:	Mestrado:
Tempo de trabalho no campo psicossocial:	Doutorado:

Entrevista:

O conteúdo das entrevistas seguirá os questionamentos evidenciados no problema de pesquisa, bem como os norteadores presentes nos objetivos específicos.

Assim, decidiu-se por dividi-la em 3 eixos que correspondem sequencialmente: O sistema abrigo e suas características; características do profissional psicólogo no trabalho; a realidade do trabalho do psicólogo nos abrigos.

EIXO 1 – O SISTEMA ABRIGO

- 1.1 – Para você qual a função do abrigo?
- 1.2 – Na Lei 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o abrigo existe para dar proteção integral de forma provisória e excepcional as crianças e adolescentes quando se encontram em situação de abandono ou exposto por negligência dos pais ou responsáveis, você acredita que ele cumpre esse objetivo?
- 1.3 – Como você percebe a organização dessa instituição?
- 1.4 - O Estatuto da Criança e do Adolescente estipula que a condição de abrigamento seja provisória e não exceda 02 (dois) anos, como você vivencia essa determinação nesse abrigo?
- 1.5 – Quando a medida provisória se torna medida de abrigo (institucionalização), para o abrigo, qual a diferença entre elas em relação ao amparo a criança e ao adolescente?
- 1.6 – O ECA traz como direito primordial da criança e dos adolescentes a convivência familiar. Como o abrigo promove essa reinserção?
- 1.7 – O ECA traz também que é dever da família, da sociedade e do poder público a efetivação dos direitos para o pleno desenvolvimento como cidadão. Como o abrigo propicia a inclusão das crianças e dos adolescentes na cultura e na socialização?

1.8 - Como você vê a aproximação do abrigo com a comunidade?

1.9 – Pensando na evolução das crianças e adolescentes abrigados, como a instituição promove o desenvolvimento em relação aos aspectos biológicos, psicológicos, cognitivos e sociais para cada faixa do ciclo vital?

1.10 – A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH, preconiza uma equipe mínima e multidisciplinar para atuação em abrigos. Como você vivencia essa norma na sua atividade?

EIXO 2 – O PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA

2.1 – O que levou você a escolher o serviço público como opção para atuação da sua profissão?

2.2- Dentro da diversidade de atuação do psicólogo, o que levou você a escolher trabalhar em abrigo para criança e adolescente?

2.3 – Como você vê a importância da psicologia dentro dos abrigos?

2.4- No seu ponto de vista, da forma como você saiu da graduação você se sentia pronto/a para o trabalho no serviço público, especificamente nessa instituição?

2.5 – Na graduação houveram momentos de teoria/prática que te colocaram em uma experiência próxima ou idêntica ao que vive na atuação enquanto profissional?

2.6 – Pensando na atualização profissional, a instituição promove essas oportunidades ou é o profissional que busca com recurso próprio?

2.7 – De que forma o profissional da psicologia dispõe de espaço e material de apoio para a realização das atividades?

2.8 – Como o profissional da psicologia promove a reintegração familiar da criança e do adolescente ao convívio com a família de origem?

2.9 – No exercício de sua prática, quais Leis e Normas norteiam suas atividades?

2.10– Você sente que essas Leis e Normas amparam tudo que você vive no dia a dia. O que poderia ser mudado ou acrescentado?

2.11 – O arcabouço técnico do Conselho Federal/Regional de Psicologia dialoga, contribui com a prática profissional?

2.12 - Como você percebe a importância dada ao seu trabalho pelos pares, pela instituição e por você mesmo?

EIXO 3 – O TRABALHO NO ABRIGO

3.1 - Como se dá o planejamento e a operacionalização do seu trabalho no dia a dia?

3.2 – Pensando em todas as atribuições, a carga horária é suficiente?

3.3 – É sabido que o ambiente familiar saudável é um dos principais fatores para o desenvolvimento pleno das crianças e dos adolescentes. Como o seu fazer é demandado para atuar na articulação entre essas instituições (abrigo-família-escola-judiciário)?

3.4 - A psicologia possui muitas áreas de atuação: clínica, escolar/educacional, do trabalho, organizacional, social, comunitária.... Qual ou quais você percebe representar esse campo de atuação?

3.5 - O profissional da psicologia necessita de alguns recursos para aplicar sua técnica, como testes, brinquedos e outros materiais. Nesse campo de atuação como você faz uso desses recursos?

3.6 - Dentre as atividades que você realiza, a estrutura de um atendimento clínico está presente e de que maneira?

3.7 – Como se dá o atendimento a equipe de apoio que se relaciona com as crianças e os adolescentes?

3.8–O que você apontaria como transformação significativa para os abrigados, ocorrida no decorrer de sua atuação nessa instituição?

3.9 –O que mais te faz falta no exercício da sua profissão dentro dos abrigos?

3.10 – Na sua trajetória dentro do abrigo qual foi seu maior desafio?

3.11 – Quais as alegrias e satisfações que você viveu ao atuar em abrigos para crianças e adolescentes?

3.12 – Se você tivesse que mandar um recado para os profissionais que se interessam por essa área da psicologia, qual seria?

Há alguma pergunta que você respondeu e gostaria que fosse suprimida? Qual?

ANEXOS

ANEXO A – Termo de autorização da instituição

**CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS**

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

Ofício Psicologia nº03/2019 – Psicologia/CEULP

Exma Sra. **VALQUÍRIA MOREIRA REZENDE**

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social - Palmas/TO

Assunto: **Autorização para realização de pesquisa**

Prezada senhora,

Com os nossos cumprimentos, através do presente vimos solicitar autorização para que a acadêmica **Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz** realize pesquisa nos Arquivos da Secretaria de Desenvolvimento Social de Palmas – TO. Sua pesquisa, intitulada “Atuação da psicologia nos abrigos públicos para crianças e adolescentes de Palmas – TO”, prevê a **coleta e análise de dados demográficos sobre os abrigos para crianças e adolescentes, tais como data de fundação dos abrigos, quantidade de abrigos públicos existentes, capacidade de abrigamento, números de profissionais, números de psicólogos e quantidade de crianças abrigadas**, cujo objetivo é conhecer a realidade da prática da psicologia dentro das instituições de abrigamento, analisando a atuação dos profissionais da psicologia nesses espaços em consonância com as leis que norteiam suas atividades, sob orientação da professora Rosângela Veloso de Freitas Morbeck. Contando com a autorização dessa instituição, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

Cristina D’Ornellas Filipakis Souza

ANEXO B – Termo de compromisso de utilização de dados**CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS**

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS (TCUD)

Eu, Rosângela Veloso de Freitas Morbeck, pesquisadora responsável pelo projeto de pesquisa intitulado “Atuação da psicologia nos abrigos públicos para crianças e adolescentes de Palmas – TO” do curso de psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA), me comprometo com a utilização dos dados contidos no Arquivo disponibilizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a fim de obter os dados propostos pela pesquisa somente após receber a aprovação do sistema CEP-CONEP.

Comprometo-me a manter a confidencialidade dos dados coletados, em como a privacidade de seus conteúdos.

Declaro entender que é minha a responsabilidade de cuidar da integridade das informações e de garantir a confidencialidade dos dados e a privacidade dos indivíduos que terão suas informações acessadas.

Também é minha a responsabilidade de não repassar os dados coletados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, às pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa.

Por fim, comprometo-me com a guarda, cuidado e utilização das informações apenas para cumprimento dos objetivos previstos nesta pesquisa aqui referida. Qualquer outra pesquisa em que eu precise coletar informações será submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – CEULP/ULBRA.

Esclareço ainda que os dados coletados farão parte dos estudos da aluna Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz, discente de Graduação em Psicologia, do Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP/ULBRA.

Palmas-TO, de de 2019

Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz

Rosângela Veloso de Freitas Morbeck

ANEXO C – Declaração do Pesquisador responsável

**CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS**

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Eu, Rosângela Veloso de Freitas Morbeck, pesquisador responsável envolvido no projeto intitulado: Atuação da psicologia nos abrigos públicos para crianças e adolescentes de Palmas – TO, **DECLARO** estar ciente de todos os detalhes inerentes a pesquisa e **COMPROMETO-ME** a acompanhar todo o processo, prezando pela ética tal qual expresso na Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 466/12 e suas complementares, assim como atender os requisitos da Norma Operacional da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP nº 001/13, especialmente, no que se refere à integridade e proteção dos participantes da pesquisa. **COMPROMETO-ME** também a anexar os resultados da pesquisa na Plataforma Brasil, garantindo o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais. Por fim, **ASSEGURO** que os benefícios resultantes do projeto retornarão aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa.

Palmas, _____ de _____ de 2019.

Rosângela Veloso de Freitas Morbeck
Psicóloga

ANEXO D – Termo de consentimento para participação da pesquisa



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE – N. ____

Prezado participante, você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “Atuação da psicologia nos abrigos públicos para crianças e adolescentes de Palmas – TO”, desenvolvida pela acadêmica pesquisadora Maria do Bonfim Aves de Carvalho Vaz, discente do curso de graduação de Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas CEULP-ULBRA, sob orientação da Pesquisadora-Responsável Professora M.e Rosângela Veloso de Freitas Morbeck. Sua cooperação é muito importante, pois a pesquisa irá oportunizar sua participação em um processo de percepção e análise crítica que tem como objetivo contribuir com o fortalecimento da profissão através da análise das condições de trabalho dos psicólogos em abrigos para crianças e adolescentes, e das necessidades das instituições.

Se você tiver interesse em participar deverá assinar este documento em duas vias iguais, sendo que o participante da pesquisa receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso não queira participar, não sofrerá nenhum tipo de penalidade por isso. Sua participação é voluntária e a qualquer momento você pode se retirar ou desistir. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Se tiver qualquer dúvida sobre a pesquisa, poderá procurar a Pesquisadora - Responsável Rosângela Veloso de Freitas Morbeck pelo telefone (63) 99239-7382 e também o Comitê de Ética do Centro Universitário Luterano de Palmas pelo telefone 3219-8076. A pesquisa segue a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Participante da pesquisa

Acadêmica Pesquisadora
Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz

Pesquisadora Responsável
Prof. M.e. Rosângela Veloso de Freitas Morbeck

Identificação do (a) Pesquisador (a) Responsável

Nome: Rosângela Veloso de Freitas Morbeck Telefone: (63) 99239-7382
Profissão: Psicóloga Registro no Conselho: CRP 23/
Email: rosangela.morbek@ceulp.edu.br
Endereço Profissional: Centro Universitário Luterano de Palmas, Coordenação de Psicologia, Av. Teotônio Segurado, 1501 Sul, CEP 77.019-900, Palmas – TO.

Abaixo serão esclarecidas as informações referentes a proposta da pesquisa.

- I. **Dos objetivos da pesquisa:** Conhecer como se dá a atuação dos profissionais de psicologia nos abrigos públicos para crianças e adolescentes na cidade de Palmas Tocantins.
- II. **Do objetivo da participação do sujeito:** Compreender como os profissionais da psicologia percebem o fazer psicológico nos abrigos para crianças e adolescentes.

Dos procedimentos para coleta de dados: Será utilizado para coleta dos dados demográficos uma planilha Excel, desenvolvida pela pesquisadora, (APENDICE A). Além disso, será aplicado uma entrevista (APÊNDICE B), de elaboração própria, para levantar variáveis acerca da percepção dos profissionais da psicologia que atuam nos abrigos públicos para crianças e adolescentes da cidade de Palmas – Tocantins.

Da utilização das informações coletadas: Os dados coletados serão arquivados e ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável por cinco anos.

Participante da pesquisa

Acadêmica Pesquisadora
Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz

Pesquisadora Responsável

Prof. M.e. Rosângela Veloso de Freitas Morbeck

- III. **Dos riscos:** O pesquisado pode sentir-se constrangido ao ser questionado sobre sua forma de atuar no desenvolvimento do seu trabalho, podendo apresentar desconforto psicológico, despertando sofrimento psíquico em decorrência dessas indagações. Caso o pesquisado apresente tal desconforto, será encaminhado para o Serviço de Psicologia (SEPSI) do CEULP/ULBRA, localizado no Núcleo de Atendimento à Comunidade (NAC), localizado na Quadra. 108 Norte, alameda. 12, lote 10 – Plano Diretor Norte – Palmas/TO, telefone (63) 3223-2016, no qual são oferecidos serviços psicológicos gratuitos à comunidade. Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa, conforme determina a resolução 466/12 (CNS). Vale ressaltar que toda pesquisa há risco direto ou indireto de identificação do participante. Porém em respeito aos sujeitos informantes da pesquisa, preservando seu anonimato e a confidencialidade dos dados fornecidos, para que isso não ocorra a acadêmica-pesquisadora se responsabilizará por codificar os dados de investigação o mais breve possível e se comprometerá a proteger os dados da pesquisa contra roubos, reprodução ou difusão accidental. A Pesquisa não pretende provocar constrangimentos ou prejuízos aos participantes, e será realizada de modo a preservar a garantia do sigilo de dados confidenciais.

Assinatura do Sujeito Participante

Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz
Acadêmica Pesquisadora

Prof. M.e. Rosângela Veloso de Freitas Morbeck

Pesquisadora Responsável

- IV. **Dos benefícios:** Como benefício esta pesquisa poderá suscitar possibilidades de reflexões acerca da atuação profissional, os dados levantados poderão: Subsidiar possíveis estudos posteriores principalmente relacionados à qualidade do trabalho dos profissionais com as crianças e adolescentes em situação de abrigo; Podem fornecer indicativos de problemas não observados e fornecer dados para desenvolvimento de políticas públicas para o setor;

Podem demonstrar necessidades específicas do campo de atuação, sendo possível planejar melhor formações ou capacitações ofertadas para os profissionais que atuam nesse campo;

Podem munir o estado de dados para estabelecimento de critérios na seleção de profissionais a serem contratados.

- V. **Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos:** A participação no estudo não acarretará custos e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Caso o participante se sinta prejudicado comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização, conforme itens III.2, IV.4.c, V.3, V.5 e V.6 da Resolução CNS 466/12.

Assinatura do Sujeito Participante

Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz

Acadêmica Pesquisadora

Prof. M.e. Rosângela Veloso de Freitas Morbeck

Pesquisadora Responsável

- VI. **Da liberdade de recusar, desistir e retirar meu consentimento:** O participante tem a liberdade de desistir de participar dessa pesquisa a qualquer tempo, sem que isso acarrete penalidades de qualquer natureza.
- VII. **Da garantia do sigilo e da privacidade:** Os resultados alcançados por essa pesquisa serão mantidos em sigilo, mas poderão ser divulgados em publicações científicas desde que seja resguardada a identidade do participante.
- VIII. **Da garantia de esclarecimentos e informações a qualquer tempo:** O sujeito poderá esclarecer suas dúvidas sobre a pesquisa a qualquer tempo e consultar a acadêmica-pesquisadora ou a pesquisadora responsável.

Assinatura do Sujeito Participante

Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz
Acadêmica Pesquisadora

Prof. M.e. Rosângela Veloso de Freitas Morbeck
Pesquisadora Responsável

**Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Luterano de Palmas –
CEP/CEULP**

Endereço: Avenida Teotônio Segurado 1501 Sul, Palmas – TO, CEP 77.018-900

Telefone: (63) 3219-8076

E-mail: etica@ceulp.edu.br

Assim, após convenientemente e esclarecido pelo pesquisador, ter lido este Termo e ter entendido o que me foi explicado oralmente e devidamente apresentado neste documento, consinto voluntariamente em participar desta pesquisa rubricando todas as folhas deste Termo e assinando a última.

Palmas, 04 de fevereiro de 2019.

Assinatura do Sujeito Participante

ANEXO E – Parecer do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NOS ABRIGOS PÚBLICOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE PALMAS - TO

Pesquisador: Rosângela Veloso de Freitas Morbeck

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 08717119.5.0000.5516

Instituição Proponente: Centro Universitário Luterano de Palmas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.251.162

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa elaborado e apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA), tendo como pesquisadora Rosângela Veloso de Freitas Morbeck e assistente Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz.

Estudo pertencente à área da 'Ciências da Saúde', de finalidade metodológica aplicada, de natureza qualitativa, de objetivo metodológico descritivo e exploratório, procedimentalmente bibliográfica, documental e levantamento, a ser realizada em campo.

A proposta tem como objeto de estudo a "atuação do psicólogo em abrigos públicos para crianças e adolescentes na cidade de Palmas – Tocantins" e como participantes os "psicólogos que atuam em abrigos públicos para crianças e adolescentes na cidade de Palmas – Tocantins". Os dados serão coletados em dois abrigos na cidade Palmas – Tocantins, entre 25 de fevereiro e 08 de abril de 2019.

O estudo apresenta como hipótese: "Levantou-se a hipótese que existe uma maneira de atuação do profissional da psicologia em abrigos adaptada à realidade local".

Metodologicamente o estudo se apresenta em quatro etapas:

Endereço: Avenida Teotônio Segurado, 1501 Sul Prédio 5 Sala 541
Bairro: Plano Diretor Sul **CEP:** 77.019-900
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3219-8076 **Fax:** (63)3219-8005 **E-mail:** etica@ceulp.edu.br



Continuação do Parecer: 3.251.162

Etapa 1 - pesquisa das leis que regem os abrigos de crianças e adolescentes e a atuação dos psicólogos;
 Etapa 2 - caracterização dos abrigos (pretende-se conhecer o número de abrigos existentes, a data de fundação, finalidade do abrigo, se atende só crianças de 0 a 11 anos ou adolescentes, capacidade de abrigamento, quantidade de crianças e adolescentes abrigadas, média de permanência das crianças no abrigo, quantidade de profissionais existente (equipe) e a quantidade de psicólogos);

Etapa 3 - entrevista semiestruturada com os psicólogos (três profissionais contatados inicialmente por e-mail/telefone e posterior agendamento da entrevista);

Etapa 4 - análise e discussão dos dados qualitativos (análise do discurso) e dos dados quantitativos (estatística descritiva simples). Pesquisadora destaca que os dados serão analisados e confrontados com a legislação que rege os abrigos e as orientações do CFP sobre a atuação do psicólogo nos abrigos públicos.

Critério de Inclusão: profissional com mais de seis meses de experiência com trabalho em abrigo a partir do momento da pesquisa, independente da forma de contratação.

Critério de Exclusão: profissionais que não responderem integralmente a entrevista e/ou se negarem a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

Desfecho Primário: Apresentar a atuação do psicólogo nos abrigos de Palmas, mostrando um panorama das atuações. Promover reflexão entre teoria e prática acerca dessas práxis no local em questão.

Desfecho Secundário: Indiretamente a pesquisa poderá ajudar a melhorar a qualidade de assistência aos abrigados, promovendo reflexões de outras categorias profissionais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Investigar como se dá a atuação dos profissionais de psicologia nos abrigos públicos para crianças e adolescentes na cidade de Palmas-Tocantins.

Objetivos Secundários:

- i. Conhecer as características dos abrigos para crianças e adolescentes da cidade de Palmas;
- ii. Conhecer as características dos profissionais que prestam serviço às instituições, no que diz respeito à práxis e condições de trabalho;

Endereço: Avenida Teotônio Segurado, 1501 Sul Prédio 5 Sala 541
Bairro: Plano Diretor Sul **CEP:** 77.019-900
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3219-8076 **Fax:** (63)3219-8005 **E-mail:** etica@ceulp.edu.br



Continuação do Parecer: 3.251.162

- iii. Verificar a prática profissional da Psicologia dentro dos abrigos;
- iv. Investigar as condições de trabalho dos psicólogos, verificando se as necessidades das crianças e adolescentes abrigadas estão sendo atendidas pelos profissionais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos apresentados: constrangimento ao ser questionado sobre sua forma de atuar no desenvolvimento do seu trabalho, podendo apresentar desconforto psicológico, despertando sofrimento psíquico em decorrência dessas indagações. Pesquisadora afirma que disponibilizará "o Serviço de Psicologia do Ceulp/Ulbra - SEPSI, localizado no Núcleo de Atendimento a Comunidade (NAC), localizado na Quadra 108 Norte, alameda 12, lote 10 – Plano Diretor Norte – Palmas- TO, telefone (63)3223-2016".

Benefícios apresentados: Como benefício esta pesquisa poderá suscitar reflexões acerca da atuação profissional, possíveis estudos relacionados à qualidade do trabalho dos profissionais com as crianças e adolescentes em situação de abrigo, fornecer indicativos de problemas não observados e fornecer dados para desenvolvimento de políticas públicas para o setor, demonstrar necessidades específicas do campo de atuação, munir o estado de dados para estabelecimento de critérios na seleção de profissionais a serem contratados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

As atividades desenvolvidas por profissionais da Psicologia em abrigos são sobremaneira importantes para, entre outras questões, a elaboração e desenvolvimento do projeto político-pedagógico desses serviços. Considerando a precária base informacional sobre o assunto na região norte do país, apontado pela pesquisadora, tal pesquisa, que vislumbra "Investigar como se dá a atuação dos profissionais de psicologia nos abrigos públicos para crianças e adolescentes na cidade de Palmas-Tocantins", de fato "evidencia a urgência e a necessidade de levantamento de dados sobre os abrigos no Tocantins" e destaca-se como de relevância para os campos social, acadêmico e profissional.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

a) "Folha de Rosto" - todos os campos foram preenchidos, datados e assinados, com identificação dos signatários. As informações prestadas são compatíveis com as do protocolo. A identificação das assinaturas contém, com clareza, o nome completo e a função de quem assinou, bem como

Endereço: Avenida Teotônio Segurado, 1501 Sul Prédio 5 Sala 541
Bairro: Plano Diretor Sul **CEP:** 77.019-900
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3219-8076 **Fax:** (63)3219-8005 **E-mail:** etica@ceulp.edu.br



Continuação do Parecer: 3.251.162

está indicada por carimbo.

b) "Documentos anexados pelo pesquisador devem possibilitar o uso dos recursos "Copiar" e "Colar" em qualquer palavra ou trecho do texto" – em conformidade.

c) "Protocolo de pesquisa: Arquivo integral do Projeto de Pesquisa" – em conformidade.

d) "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE" – em conformidade

e) "Declaração de compromisso do pesquisador responsável" - devidamente assinada, com o compromisso expresso de anexo dos resultados da pesquisa na Plataforma Brasil, garantindo o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais.

f) Garantia de que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa – em conformidade.

g) Orçamento financeiro – em conformidade.

h) "Cronograma" - em conformidade.

i) "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)" e "Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD)" – em conformidade.

j) "Demonstrativo da existência de infraestrutura necessária e apta ao desenvolvimento da pesquisa e para atender eventuais problemas dela resultantes, com documento que expresse a concordância da instituição e/ou organização por meio de seu responsável maior com competência" – em conformidade.

k) "Documento da Instituição Campo Autorizando o Estudo" – em conformidade (emitido e assinado pela Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Palmas).

l) "Instrumentos de coleta" – roteiro de entrevista e planilha de levantamento de dados construídos

Endereço: Avenida Teotônio Segurado, 1501 Sul Prédio 5 Sala 541
Bairro: Plano Diretor Sul **CEP:** 77.019-900
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3219-8076 **Fax:** (63)3219-8005 **E-mail:** etica@ceulp.edu.br



Continuação do Parecer: 3.251.162

em conformidade com os objetivos da pesquisa.

m) Currículo da pesquisadora e da assistente - Pesquisadora – assistente: em conformidade.

Recomendações:

Atualização do cronograma de execução.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há registro de pendência.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1304197.pdf	25/03/2019 21:41:54		Aceito
Outros	roteiro_entrevista.pdf	25/03/2019 21:32:55	Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	25/03/2019 21:29:28	Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_3212846.pdf	24/03/2019 01:11:23	Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	27/02/2019 09:47:06	Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz	Aceito
Outros	TC.pdf	25/02/2019 20:05:44	Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz	Aceito
Outros	Planilha_levantamento_dados.pdf	25/02/2019 20:04:32	Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz	Aceito
Outros	AutorizacaodePesquisa.pdf	25/02/2019 20:01:11	Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz	Aceito
Outros	TCUD.pdf	25/02/2019 20:00:31	Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE.pdf	25/02/2019 19:11:33	Maria do Bonfim Alves de Carvalho	Aceito

Endereço: Avenida Teotônio Segurado, 1501 Sul Prédio 5 Sala 541
Bairro: Plano Diretor Sul **CEP:** 77.019-900
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3219-8076 **Fax:** (63)3219-8005 **E-mail:** etica@ceulp.edu.br



Continuação do Parecer: 3.251.162

Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	25/02/2019 19:11:33	Vaz	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaodoPesquisadorResponsavel.pdf	25/02/2019 19:00:50	Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DeclaracaodelInstituicaoParticipante.pdf	25/02/2019 18:58:33	Maria do Bonfim Alves de Carvalho Vaz	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 08 de Abril de 2019

Assinado por:

Luís Fernando Castagnino Sesti
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Teotônio Segurado, 1501 Sul Prédio 5 Sala 541
Bairro: Plano Diretor Sul **CEP:** 77.019-900
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3219-8076 **Fax:** (63)3219-8005 **E-mail:** etica@ceulp.edu.br